



CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

EDITAL **PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2026**

OBJETO

Registro de preços visando a aquisição compartilhada de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais e oficinais), para o atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e de seus 27 (vinte e sete) municípios consorciados.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE

UASG: 458403

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ **596.475,21** (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte um centavo).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/07/2026 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

www.comprasgovernamentais.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 07/07/2026
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE**, através de sua Pregoeira designada pela Resolução nº. 101/2024 de 08/07/2024, com a devida autorização expedida pelo Sr. Coordenador Administrativo do CONSUD, Alceu Carlos Freisleben, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Resolução 24/2023 do CONSUD, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta licitação o registro de preços visando a aquisição compartilhada de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais e oficinais), para o atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e de seus 27 (vinte e sete) municípios consorciados.

1.2 O descritivo detalhado, as especificações técnicas (concentrações, veículos e princípios ativos) e as quantidades totais estimadas para o período de 12 (doze) meses encontram-se discriminados abaixo. Complementarmente, o Anexo II do termo de Referência apresenta os Termos de Adesão dos municípios participantes, nos quais consta o endereço eletrônico que permite o acesso à planilha detalhada com a distribuição dos quantitativos individualizados por ente consorciado.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE
MANIPULADOS			
1	12956 - ALCACHOFRA (CYNARA SCOLYMUS L.) 300MG; CONTENDO 24MG A 48MG DE DERIVADOS DE ÁCIDO CAFEOLUÍNICO, EXPRESSOS EM A. CLOROGÊNICO POR DOSE DIÁRIA (CATMAT 395618).	CÁPSULA	1.001
2	12959 - ALCACHOFRA TINTURA (CYNARA SCOLYMUS L.) 24MG A 48MG DE DERIVADOS DE ÁCIDO CAFEOLUÍNICO, EXPRESSOS EM A. CLOROGÊNICO POR DOSE DIÁRIA; CONCENTRAÇÃO 300MG; FRASCO 100ML (CATMAT 429303).	FRASCO	101
3	12960 - ALCATRÃO MINERAL POMADA 10MG/G (1%); POMADA DERMATOLÓGICA (CATMAT 395837).	BISNAGA	1
4	12961 - AROEIRA GEL (SCHINUS TEREBINTHOFOLIUS) 1,932MG DE ÁCIDO GÁLICO (DOSE DIÁRIA); 0,67 ML/G; GEL DERMATOLÓGICO, BISNAGA 10G (CATMAT 395716).	BISNAGA	351
5	12963 - BABOSA GEL (ALOE VERA) 10-70% DE GEL FRESCO; CREME-GEL, BISNAGA 30G (CATMAT 486458).	BISNAGA	481
6	9440 - CARVÃO ATIVADO SACHÊ ; EM PÓ, SACHÊ 25G (CATMAT 446251).	SACHÊ	2.581
7	12965 - CÂSCARA SAGRADA (RHAMNUS PURSHIANA DC) 380MG; CONTENDO 20MG A 30MG DE DERIVADOS HIDROXIANTRACÊNICOS EXPRESSOS EM CASCAROSÍDEO A. (DOSE DIÁRIA) (CATMAT 426292).	CÁPSULA	251
8	12966 - CÂSCARA SAGRADA TINTURA (RHAMNUS PURSHIANA DC) 20MG A 30MG DE DERIVADOS HIDROXIANTRACÊNICOS EXPRESSOS EM	FRASCO	501



	CASCAROSÍDEO A. (DOSE DIÁRIA); CONCENTRAÇÃO 10MG/ML; TINTURA; FRASCO 100ML (CATMAT 426292).		
9	11361 - EXTRATO MEDICINAL CASTANHA DA ÍNDIA (<i>AESCLUS HIPPOCASTANUM</i> EXTRATO L.) CONCENTRAÇÃO 100MG (CATMAT 309062).	CÁPSULA	158.001
10	11443 - EXTRATO MEDICINAL HEDERA HELIX XAROPE (<i>HEDERA HELIX</i>) CONCENTRAÇÃO 7MG/ML; FRASCO 100ML (CATMAT 359286).	FRASCO	3.401
11	11362 - EXTRATO MEDICINAL MARACUJÁ (<i>PASSIFLORA INCARNATA</i> L.) CONCENTRAÇÃO 360MG (CATMAT 404405).	CÁPSULA	110.001
12	11371 - EXTRATO MEDICINAL MARACUJÁ (<i>PASSIFLORA INCARNATA</i> L.) CONCENTRAÇÃO 600MG (CATMAT 433657).	CÁPSULA	78.001
13	12976 - GARRA DO DIABO (<i>HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS</i>) 500MG, CONTEÚTO EXTRATO SECO 5% COMPOSIÇÃO DE 30 A 100MG DE HARPAGOSÍDEO OU 45MG A 150MG DE IRIDÓIDES TOTAIS EXPRESSOS EM HARPAGOSÍDEOS (CATMAT 399410).	CÁPSULA	59.001
14	12983 - HORTELÃ (<i>MENTHA X PIPERITA</i> L.) 300MG CONTEÚTO 60MG A 440MG DE MENTOL E 28MG A 256MG DE MENTONA (CATMAT 429853).	CÁPSULA	101
15	12995 - SALGUEIRO SOLUÇÃO (<i>SALIX ALBA</i> L.) 500MG, CONTEÚTO DE 60MG A 240MG DE SALICÍNA (DOSE DIÁRIA) (CATMAT 621304).	CÁPSULA	1
16	13002 - UNHA DE GATO (<i>UNCARIA TOMENTOSA</i> WILD. EX ROEM & SCHULT DC) 100MG CONTEÚTO 0,9MG DE ALCALOÍDES OXINDÓLICOS PENTACÍCLICOS (CATMAT 399442).	CÁPSULA	6.701
17	13004 - UNHA DE GATO GEL (<i>UNCARIA TOMENTOSA</i> WILD. EX ROEM & SCHULT DC) COMPOSIÇÃO 0,9MG DE ALCALOÍDES OXINDÓLICOS PENTACÍCLICOS; CONCENTRAÇÃO 50MG/G; GEL CREME, BISNAGA 5G (CATMAT 399441).	BISNAGA	101
Valor total R\$ 596.475,21 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte um centavo).			

1.3 Os itens objeto deste Edital são classificados como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas da Farmacopeia Brasileira, permitindo a seleção da proposta de menor preço.

1.4 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante neste edital e no termo de referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.5 A seleção dos fornecedores será realizada por meio de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento o menor preço por item, nos termos do Art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Na ocorrência de eventuais divergências entre o descritivo do objeto constante no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal e as especificações apresentadas no Edital, prevalecerão as informações fornecidas neste documento. Tal prevalência justifica-se pela necessidade de atender às particularidades farmacotécnicas e rigor sanitário exigidos para a manipulação das

fórmulas, garantindo que o objeto entregue corresponda rigorosamente à prescrição clínica e à demanda assistencial identificada.

1.7 A presente licitação será realizada sob o rito da ampla concorrência, não sendo aplicado o tratamento diferenciado previsto nos Artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com fulcro no Art. 49, inciso II e IV da referida norma. Permanecem aplicáveis, quando cabíveis, os critérios de desempate favorecido previstos nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

1.8 A opção pela não exclusividade fundamenta-se na natureza crítica dos fármacos, que são de uso contínuo, essencial e indispensáveis à manutenção das atividades de saúde desta Entidade. A restrição do certame a ME/EPP poderia comprometer a segurança do abastecimento, dada a necessidade de garantir fornecedores com robusta capacidade logística e produtiva, capazes de suportar a demanda ininterrupta e o volume necessário para o atendimento regular dos pacientes.

1.9 A decisão pelo parcelamento do objeto, com adjudicação por item, está fundamentada no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o parcelamento como regra para ampliar a competição. A estratégia é técnica e economicamente viável, pois o objeto é composto por uma grande diversidade de itens de natureza divisível e o mercado de medicamentos é segmentado, o que aumenta a competitividade e a probabilidade de se obter a proposta mais vantajosa para cada produto.

1.10 A decisão pela ampla concorrência também é ratificada pela experiência administrativa desta Entidade em certames anteriores, nos quais foram registradas falhas reiteradas na entrega de insumos por parte de empresas de pequeno porte. Tais inexecuções, decorrentes de limitações na escala de produção e logística de distribuição, geraram riscos críticos de desabastecimento. Tratando-se de produtos medicamentosos (uso essencial e ininterrupto), a Administração não pode admitir a reincidência de tais gargalos operacionais, sob pena de interrupção dos serviços de saúde e prejuízo direto ao atendimento da população.

1.11 Portanto, a medida visa não apenas ampliar a competitividade, mas assegurar que o interesse público e a continuidade do serviço essencial de saúde não sejam prejudicados por eventuais limitações operacionais, garantindo a eficiência e a segurança jurídica da contratação.

1.12 Conforme estabelece o Art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o orçamento estimado unitário da contratação será mantido sob sigilo até o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos, especificações técnicas e demais informações necessárias à elaboração das propostas. A medida tem por finalidade ampliar a competitividade, fomentar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e reduzir o risco de que o valor estimado seja utilizado como parâmetro para a formação dos preços ofertados, preservando a efetividade da disputa e a busca pela economicidade.

1.13 Qualquer ato ou conduta que configure infração à ordem econômica, com o objeto ou potencial de limitar, falsear ou prejudicar a livre concorrência, será apurado e reprimido nos termos da Lei nº 12.529/2011, incluindo-se as práticas de cartel caracterizadas, entre outras, por acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública.

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.1 As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por seus representantes legais, indicando a empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração durante o procedimento licitatório e a execução da Ata de Registro de Preços.

2.6.2 As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução da Ata de Registro de Preços.

2.6.3 A habilitação técnica, econômico-financeira, jurídica, fiscal, social e trabalhista será aferida na forma prevista no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.4 É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou simultaneamente em consórcio e de forma individual nesta licitação.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h. Agente público do órgão ou entidade licitante;

i. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2.8 O impedimento de que trata no item 2.7 alínea d será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere o item 2.7 nas alíneas b e c poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 O disposto no item 2.7 alíneas b e c não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

2.13 A vedação de que trata o item 2.7 alínea e, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

3.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

a. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

b. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

3.13 A proposta encaminhada deverá conter apenas uma indicação de marca, por item.

3.14 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a. Valor unitário e total do item;

b. Nome da farmácia de manipulação responsável pela produção das fórmulas;

c. Razão social do fabricante/manipulador, quando aplicável;

d. Quantidade cotada.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, conforme art. 82, IV, da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

a. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120(cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 A proponente deverá elaborar sua proposta observando integralmente as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, especialmente quanto às concentrações, formas farmacêuticas, unidades de medida e características técnicas de cada fórmula magistral.

4.8 A proposta deverá contemplar o fornecimento de medicamentos manipulados produzidos em conformidade com a RDC ANVISA nº 67/2007 e demais normas sanitárias aplicáveis às farmácias de manipulação.

4.9 A apresentação da proposta implica declaração de que a licitante possui condições operacionais para manipular e fornecer as fórmulas constantes do objeto, observadas as exigências de habilitação previstas neste edital.

4.10 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos relacionados à manipulação, aquisição de insumos, controle de qualidade, embalagens, rotulagem, transporte, descarregamento, tributos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

4.11 A licitante deverá considerar que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, sem garantia de quantitativo mínimo por pedido, conforme demanda do CONSUD e dos municípios consorciados participantes.

4.12 A apresentação da proposta implica a aceitação integral das condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, no dia e horário estipulado nesse edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,0001

a. Os valores deverão conter 4 (quatro) casa decimais, afim de fomentar a competitividade do certame e a seleção mais vantajosa para a Administração Pública.

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”.

5.11 No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

a. Primeira etapa de lances (fase aberta) terá duração de quinze minutos e, após isso, será aberto 10 minutos aleatórios com fechamento eminente dos lances.

b. Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa e aqueles com valores até 10% superior à essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.

c. Na ausência de no mínimo 3 ofertas, nas condições acima, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de 3, para ofertarem lance final e fechado.

d. A fase fechada o licitante poderá optar por manter o seu último lance de etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 minutos após a convocação.

5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

a. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

c. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a. Negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

b. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

c. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

d. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

e. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.20 No caso de esgotamento dos critérios de desempate, e havendo ainda duas ou mais propostas empatadas, a classificação será realizada, obrigatoriamente, por meio de sorteio público. Os licitantes envolvidos no empate serão devidamente convocados para o ato, sendo vedada a utilização de qualquer outro método para o desempate. Conforme Instrução Normativa nº 79 altera a IN SEGES/ME nº 73, de 2022, que prevê a hipótese de sorteio e atualizando os percentuais máximos para convocação de licitantes nas modalidades de licitação “aberto/fechado” e “fechado/aberto”, especialmente quando houver a aplicação de margens de preferência.

5.21 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, observada às especificações técnicas constantes neste Edital;

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. SICAF;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

a. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

b. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

c. A existência de Ocorrência Impeditiva Indireta, por si só, não constitui motivo automático para desclassificação ou inabilitação do licitante, devendo a decisão administrativa ser fundamentada após a realização das diligências necessárias e análise dos elementos apresentados pelo interessado.

d. Constatada a existência de sanção vigente que impeça a participação em licitações ou a contratação com a Administração Pública, o licitante será reputado inabilitado, por ausência de condição de participação no certame.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

6.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

a. Contiver vícios insanáveis;

b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- d. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

a. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

b. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

c. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

d. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

e. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

f. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e documentação técnica, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7 DA FASE DA HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser substituídas pelo registro cadastral no SICAF.

7.3 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação, dia e horário estipulado pela Pregoeira, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7 A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura ata de registro de preços, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.

7.8 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos:

a. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

b. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

c. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

d. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11 DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA:

7.11.1 Os produtos ofertados deverão estar em estrita conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a RDC nº 67/2007, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais.

7.11.2 Em consonância com a definição do objeto, todos os itens ofertados deverão ser de natureza manipulada/farmacêutica magistral, sendo causa de desclassificação a oferta de produtos industriais que não atendam às especificações de fórmulas personalizadas descritas na tabela de itens do edital.

7.11.3 A licitante deverá encaminhar, no momento da sessão pública, a documentação comprobatória da regularidade sanitária do estabelecimento e de sua aptidão para manipulação, mediante a apresentação de:

- a. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, com atividade específica para manipular fórmulas;
- b. Autorização Especial (AE) expedida pela ANVISA, caso a licitante realize cotação de itens que contenham substâncias sujeitas ao controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998);
- c. Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, contemplando a atividade de manipulação;
- d. Certificado de Regularidade Técnica (CRT) válido, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) competente, comprovando a assistência de profissional farmacêutico responsável.

7.11.4 Para os itens que exijam controle de pureza ou concentrações específicas de extratos secos, a Administração **poderá** exigir a apresentação de Certificados de Análise dos insumos utilizados, visando garantir a segurança terapêutica e o cumprimento das normas regulatórias.

7.11.5 A ausência da comprovação de regularidade sanitária da farmácia ou do profissional responsável acarretará a inabilitação da licitante.

7.12 A licitante deverá apresentar **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para a manipulação e fornecimento de fórmulas magistrais e oficiais em características e complexidade semelhantes às do objeto desta licitação.

7.13 Em observância ao Art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, o atestado deverá comprovar que a licitante executou fornecimento por período não inferior a 12 (doze) meses, exigência justificada pela necessidade de comprovação de experiência operacional compatível com o fornecimento

parcelado, contínuo e essencial de medicamentos manipulados, cuja interrupção pode comprometer a assistência farmacêutica prestada aos pacientes dos municípios consorciados.

7.19 Deverá ainda anexar a **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**, conforme anexo I.

7.20 DA HABILITAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

a. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma do Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

b. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.21 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

a. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.22 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.23 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela equipe técnica, pregoeira e sua equipe de apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

7.24 No julgamento da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.25 O não atendimento das exigências constantes do item 7 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

7.26 O Centro de Abastecimento Farmacêutico - CAF do Consórcio se reserva o direito de avaliar previamente, ou a qualquer tempo, a documentação e as instalações do LICITANTE;

7.27 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.28 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.consud.org/licitacao/>.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Após a homologação do resultado final do certame, a licitante vencedora deverá realizar o cadastro de seu representante junto ao Setor de Compras do CONSUD, pelo e-mail compras@consud.org, no prazo de 3 (três) dias úteis.

9.2 Após a homologação da licitação, será formalizada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), que funcionará como o documento vinculativo de fornecimento, contendo os valores, condições e demais especificações acordadas, estabelecendo o compromisso formal da licitante vencedora em cumprir os termos definidos.

9.3 O Setor de Contratação do CONSUD entrará em contato com a licitante vencedora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, enviando a ARP pelo canal oficial de comunicação do setor para assinatura.

9.4 A licitante vencedora deverá dispor de Certificação Digital válida da empresa para efetuar a assinatura da ARP.

9.5 A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ARP, para realizar a ASSINATURA DIGITAL e devolver o documento pelo mesmo canal de comunicação utilizado para o envio inicial.

9.6 Após a assinatura da ARP, a licitante vencedora passará a ser denominada formalmente como DETENTORA DA ATA, sendo responsável por cumprir integralmente as obrigações previstas neste edital e no instrumento contratual.

9.7 Caso a licitante vencedora se recuse a assinar a ARP ou apresente situação irregular no momento da convocação, será chamada a próxima licitante classificada, seguindo a ordem de classificação, para a assinatura. Esse procedimento será realizado sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no Art. 142, § 2º, da Resolução nº 24/2023 do CONSUD.

9.8 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

9.9 Em conformidade com o disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja manifestação de interesse da Administração e seja comprovada a manutenção da vantagem econômica dos preços registrados

9.10 Conforme previsto no Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar a Ata ou proceder a qualquer prorrogação, o CONSUD deverá realizar as seguintes consultas para assegurar a idoneidade e regularidade da detentora:

- a. Verificar a regularidade fiscal e tributária da contratada;
- b. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- c. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

- d. Emitir certidão negativa de inidoneidade;
- e. Emitir certidão negativa de impedimento;
- f. Emitir certidão negativa de débitos trabalhistas.

9.11 Toda a documentação comprobatória das consultas mencionadas no subitem anterior deverá ser obrigatoriamente anexada ao respectivo processo administrativo de contratação.

9.12 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste edital.

9.12.2 Será admitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de transporte, logística e descarregamento dos medicamentos, devendo a entrega ser realizada obrigatoriamente na sede do CONSUD, em Francisco Beltrão.

9.12.3 Na hipótese de subcontratação prevista no item anterior, a detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total e exclusiva responsabilidade, civil e administrativa, por todos os atos, omissões ou eventuais danos causados pela subcontratada ou seus prepostos durante o trajeto e a descarga dos itens.

9.12.4 A existência de contrato de subcontratação não exime a fornecedora principal do cumprimento rigoroso das obrigações relativas aos prazos de entrega, condições de armazenamento e integridade farmacêutica dos produtos, permanecendo esta como a única responsável perante o CONSUD por qualquer desconformidade verificada no ato do recebimento.

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.2 A DETENTORA DA ATA, durante a execução do contrato, que incorrer em infrações contratuais ou legais, ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e. Sanções previstas na minuta contratual, cometidas na fase de execução contratual;
- f. Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

g. Cancelamento da Ata.

10.3 Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, o Consórcio aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

CORRESPONDÊNCIA DE % (PORCENTAGEM)		
Grau	Porcentagem	Aplicação
01	10% (dez por cento)	valor do empenho
02	10% (dez por cento) ao dia	valor do empenho
03	20% (vinte por cento) ao dia	valor do item
04	10 % (dez por cento)	valor total da Ata por item
05	30 % (trinta por cento)	valor total da Ata

10.4 Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de apresentar as certidões de regularidade (fiscal, trabalhista e previdenciária) junto à nota fiscal ou quando solicitado pela Administração.	05
2	Não cumprir o horário de entrega estabelecido neste termo;	01
3	Suspensão ou interrupção da execução da ARP, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Administração;	02 e 05
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
5	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela Administração;	03
6	Entrega em local diferente do especificado no contrato sem prévia autorização;	02
7	Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do contrato;	01
8	Atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da emissão nota de empenho de despesa, limitados à 30 (trinta) dias (POR INCIDÊNCIA);	01 e 02
9	Entregar medicamentos manipulados com prazo de validade insuficiente para a conclusão do tratamento prescrito ou em desacordo com as especificações da RDC nº 67/2007, sem a prévia apresentação e o aceite formal da Carta de Compromisso de Troca pela Fiscalização Técnica.	03
10	Entregar medicamentos manipulados termolábeis sem o devido monitoramento de temperatura ou com evidências de excursão térmica (fora da faixa de conservação estabelecida na rotulagem e na farmacopeia) durante o transporte, comprometendo a estabilidade físico-química da preparação magistral.	03
11	Deixar de substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, fórmulas manipuladas que apresentarem vícios de qualidade (oxidação, precipitação,	02

	alteração organoléptica), embalagens avariadas ou que tenham sido objeto de alerta sanitário e notificações de farmacovigilância.	
12	Recusar o atendimento de pedidos sob a alegação de faturamento mínimo ou lote mínimo, descumprindo a obrigação de atender qualquer quantitativo registrado.	01

10.5 A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração;

10.6 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ARP;

10.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à empresa CONTRATADA;

10.8 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a empresa CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

10.9 A multa, aplicada após regular processo administrativo, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à empresa CONTRATADA, será encaminhada para cobrança judicial.

10.10 A manutenção da regularidade fiscal, durante a execução do contrato, constitui condição obrigatória. O descumprimento poderá motivar:

- a. Rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial (Art. 121, §1º, e Art. 137, inciso III, da Lei 14.133/2021;
- b. Cancelamento da execução dos serviços contratados, conforme análise de conveniência e interesse público;
- c. Aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO E ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

11.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail processoslicita@consud.org.

11.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

12.1 Fica assegurado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

12.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

12.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

12.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

13 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta ata de registro de preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

14 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1 A presente contratação pauta-se pela observância de critérios de sustentabilidade que transcendem a mera conformidade técnica, visando a mitigação de impactos ambientais e o fomento à responsabilidade socioambiental em todo o ciclo de vida do objeto. Sob esta ótica, o processo de aquisição compartilhada de medicamentos manipulados prioriza soluções que aliem a eficácia terapêutica à preservação dos recursos naturais, incentivando a utilização de embalagens e

recipientes que favoreçam a reciclagem, bem como o uso de insumos e veículos (bases e excipientes) com menor impacto ambiental.

14.2 No que tange aos processos de manipulação e logística, a Administração busca valorizar empresas que adotem práticas sustentáveis consolidadas, como a gestão eficiente e o descarte adequado de resíduos químicos e efluentes farmacêuticos, em estrita observância às normas sanitárias e ambientais vigentes. As contratadas deverão buscar a otimização do uso de materiais, evitando embalagens secundárias desnecessárias e priorizando o agrupamento de entregas para a redução da pegada de carbono no transporte entre os 27 municípios consorciados.

14.3 Além da dimensão ambiental, os critérios de sustentabilidade abrangem a responsabilidade social e a eficiência administrativa. O modelo de Registro de Preços adotado nesta licitação é, por si só, uma ferramenta de sustentabilidade, pois permite um planejamento de demanda preciso que evita a imobilização desnecessária de capital e, principalmente, o desperdício de fórmulas magistrais decorrente de prazos de validade expirados.

14.4 Dessa forma, a atuação do CONSUD alinha-se às diretrizes contemporâneas de governança, assegurando que a política pública de saúde contribua efetivamente para a proteção ambiental e a máxima utilidade do gasto público, garantindo o bem-estar social das gerações futuras por meio de uma gestão de suprimentos ética e ecologicamente responsável.

15 DOS CATÁLOGOS E AMOSTRAS

15.1 Considerando a natureza personalizada das fórmulas magistrais e o fato de que os componentes são padronizados conforme a Farmacopeia Brasileira, não será exigida a apresentação prévia de amostras durante a fase de julgamento das propostas. A conformidade técnica será aferida inicialmente por meio da documentação sanitária e do descritivo detalhado da proposta.

15.2 No entanto, a Administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo ou para dirimir dúvidas sobre a viabilidade farmacotécnica do produto ofertado, solicitar à licitante melhor classificada ou à contratada o envio de amostras físicas (fórmulas teste) e/ou laudos de análise dos insumos, observando as seguintes disposições:

- a.** Na hipótese de solicitação de amostras, a Administração estabelecerá um prazo de até 7 (sete) dias úteis para o envio, considerando a natureza sob encomenda da manipulação e o tempo necessário para a adequada produção e estabilização das fórmulas.
- b.** As amostras fornecidas serão submetidas à avaliação da Fiscal Técnica Naira Milena Sabbi, designada pela Decisão Administrativa nº 113/2026, para verificação da estrita conformidade com as especificações do Anexo I (características organolépticas, volume/quantidade e rotulagem), não sendo estas contabilizadas como parte integrante do quantitativo contratado.
- c.** O envio das amostras e dos respectivos Certificados de Análise dos Insumos (comprovando a pureza e concentração dos ativos) deverá ser realizado sem ônus adicional para o CONSUD, cabendo à licitante arcar com todos os custos logísticos e laboratoriais relacionados.

d. As amostras serão avaliadas conforme critérios objetivos que incluirão a análise da integridade da embalagem primária, rotulagem (contendo obrigatoriamente nome do farmacêutico responsável, número do lote interno e data de manipulação) e apresentação farmacêutica, conforme a RDC nº 67/2007.

e. O descumprimento do prazo, a apresentação de amostra em desacordo com a técnica magistral exigida ou a ausência de laudos de procedência dos insumos poderá acarretar a desclassificação do item ou a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

16 DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será condicionado à efetiva entrega dos medicamentos, devidamente atestada pela gestão e fiscalização do contrato, e à apresentação da nota fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas pela legislação.

16.2 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou mediante certidões individualizadas, os documentos comprobatórios de regularidade:

- a.** Certidão Negativa de Débitos da União;
- b.** Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c.** Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- d.** Certidão de Regularidade do FGTS;
- e.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.2.1 Constatada a ausência ou o vencimento de qualquer das certidões de regularidade exigidas, a Coordenação Administrativa notificará formalmente a DETENTORA DA ATA para que promova a regularização no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos. A inércia do fornecedor após o transcurso deste prazo sujeitará a empresa à aplicação de sanções administrativas, nos termos dos Artigos 121 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 O pagamento será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do aceite definitivo da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente no mesmo CNPJ da licitante vencedora, vinculada ao contrato.

16.4 Em razão da natureza jurídica do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e da multiplicidade de fontes de recursos utilizadas para custeio das despesas, os pagamentos poderão ser operacionalizados por diferentes fontes orçamentárias e financeiras, observada a disponibilidade de recursos vinculados e o prazo de pagamento previsto neste instrumento.

16.4.1 A utilização de diferentes fontes de recursos ou procedimentos internos de execução financeira não afastará a obrigação de observância dos prazos de pagamento estabelecidos no edital, no contrato ou na ata de registro de preços.

16.5 Não será admitido pagamento por boleto bancário, operação de factoring ou qualquer forma de cessão de crédito, bem como não será autorizado pagamento antecipado, sendo devido apenas o valor correspondente aos serviços prestados, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

16.6 Em caso de aplicação de multas decorrentes de processo administrativo, os respectivos valores poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

16.7 O pagamento será efetuado pelo CONSUD em horário de expediente. Caso a data programada coincida com feriado, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

17 DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO

17.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos e irrevogáveis durante sua vigência.

17.2 Na hipótese de formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços com vigência superior a 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

17.3 A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, por meio de revisão, está condicionada à demonstração exaustiva e analítica, por parte da fornecedora, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, resultante de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução contratual, ou ainda em casos de força maior;

17.4 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução das ARPs. Eventual recomposição de valores em favor da DETENTORA DA ATA deverá, preferencialmente, ser paga a título indenizatório, após análise e aprovação do CONSUD;

17.5 A suspensão ou interrupção da execução contratual durante a análise dos pedidos de revisão, sem a expressa concordância do gestor da ARP, implicará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na ata;

17.6 Qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente comprovada. As notas de empenho de despesa emitidas anteriormente à data do pedido não sofrerão alterações;

17.7 A DETENTORA DA ATA deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por escrito, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes. O valor do ajuste solicitado não poderá superar o preço médio de mercado vigente à época;

17.8 O pedido deverá ser enviado ao e-mail institucional protocolo@consud.org, acompanhado do requerimento mencionado no item 15.7 bem como dos seguintes documentos:

17.8.1 Notas fiscais de aquisição do item pela DETENTORA DA ATA:

a. Notas fiscais dos itens na data da licitação;

b. Notas fiscais dos itens na data da solicitação de reequilíbrio;

17.8.2 Ofício ou carta do laboratório, em caso de desistência ou troca de marca;

17.8.3 Outros documentos julgados necessários;

17.8.4 Demonstrativo detalhado, conforme modelo abaixo (um para cada item);

Processo nº xx/aaaa	Pregão Eletrônico nº xx/aaaa
Nº do item:	
Descrição do item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na licitação:	Novo preço proposto:
Preço de compra antes da licitação:	Preço de compra atual:
Data da compra:	Data da compra:
Nº da nota fiscal:	Nº da nota fiscal:

17.9 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios exigidos;

17.10 O Consórcio poderá consultar os preços das demais empresas participantes, observando a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço antes de deferir o pedido de reequilíbrio, liberando a requerente da obrigação de entrega do medicamento;

17.11 O Consórcio poderá convocar a qualquer momento a DETENTORA DA ATA para reduzir os preços registrados, em conformidade com pesquisas de mercado realizadas, ou em caso de alterações conjunturais que provoquem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional;

17.12 Caso não haja redução dos preços, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. O Consórcio poderá convocar os demais fornecedores classificados para negociação nas mesmas condições ou revogar total ou parcialmente a ata de registro de preços;

17.13 Os valores ajustados somente serão repassados à DETENTORA DA ATA após a assinatura e devolução da minuta devidamente assinada e a publicação do aditamento no Diário Oficial.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no portal transparência e no site do CONSUD.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10 A DETENTORA DA ATA deverá comunicar imediatamente ao CONSUD qualquer recolhimento, alerta sanitário, interdição cautelar ou medida restritiva emitida pela ANVISA ou autoridade sanitária competente que envolva insumos ou preparações relacionadas aos itens registrados.

18.11 A indisponibilidade temporária ou definitiva de insumo não exime a DETENTORA DA ATA do cumprimento das obrigações assumidas, devendo comunicar formalmente o CONSUD no prazo máximo de 5 dias úteis da ciência do fato, apresentando documentação comprobatória.

18.12 Será facultado à Pregoeira ou a autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico ao setor requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

18.13 A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE, designados conforme a Resolução Nº 19/2024 do CONSUD, os quais irão receber provisoriamente e definitivamente o objeto contratado, sendo a gestora de contratos, Camila Dahmer, Fiscal Administrativo, Gustavo Henrique Fiorese e Fiscal Técnica, Naira Milena Sabbi.

18.14 À Fiscalização Técnica, exercida pela servidora Naira Milena Sabbi, designada por meio da Decisão Administrativa nº 113/2026, compete, mas não se limita, a verificar a estrita conformidade das fórmulas manipuladas entregues com as especificações deste edital, incluindo a conferência de laudos de análise dos insumos, prazos de validade compatíveis com o tratamento, características organolépticas (cor, odor, textura), integridade das embalagens magistrais e manutenção da cadeia de frio para itens termolábeis.

18.14.1 À Fiscalização Administrativa, exercida pelo servidor Gustavo Henrique Fiorese, compete, mas não se limita, ao controle dos aspectos formais da Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência da regularidade documental da detentora (AFE, Alvarás e CRT), a gestão dos saldos dos itens registrados e a instrução dos processos para fins de pagamento.

18.14.2 O CONSUD manterá canal de Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 32/2025, cujos relatórios e denúncias procedentes sobre a qualidade das fórmulas ou falhas na manipulação e fornecimento poderão subsidiar a fiscalização na apuração de faltas contratuais e na aplicação de sanções administrativas.

18.15 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.consud.org/licitacao/>.

18.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Modelo declaração de ciência da LGPD
ANEXO II	Modelo padrão de Proposta Comercial
ANEXO III	Cadastro de Dados Bancários
ANEXO IV	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO V	Mapa de Risco
ANEXO VI	Termo de Referência e anexos
ANEXO VII	Minuta da Ata de Registro de Preços

Francisco Beltrão, 22 de junho de 2026.

INDIANARA
MAFRA DE
LIMA:05926690927
Indianara Mafra de Lima
Pregoeira

Assinado digitalmente por INDIANARA MAFRA DE LIMA:05926690927
ID: 0489.9-ICP-Brasil, OU=AC Instituto Ferreira RFB, OU=ICM BRANCO, OU=RFB e CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=Vice-Conferência, OU=104750800147, CN=INDIANARA MAFRA DE LIMA:05926690927
Razão: Eu sou o autor deste documento
Data: 2025.06.22 08:24:20-0300
Fox PDF Reader Versão: 2025.2.0

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS
DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

Ao aderir ao certame e celebrar a Ata de Registro de Preços com o CONSUD, declaramo-nos cientes de que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONSUD nº 24/2023, a íntegra dos atos prévio à contratação, seus anexos e a Ata de Registro de Preços serão disponibilizados no Portal de Transparência do CONSUD, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica do Licitante, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais consorciais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

Comprometemo-nos a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos Dados Pessoais a que empregados e prepostos tiverem acesso durante a vigência deste Instrumento e mesmo após o seu término, sem prejuízo de outras regras de privacidade, proteção de dados, confidencialidade ou requisitos de segurança da informação estabelecidos pela legislação aplicável, adotando padrões razoáveis para garanti-los, inclusive relativos a armazenamento, criptografia e controles de acesso, a fim de protegê-los contra perdas, divulgações e acessos não autorizados, sejam esses acidentais ou não.

Comprometemo-nos a notificar o CONSUD, sem atrasos, quando tomarmos conhecimento de uma Violação de Dados Pessoais envolvidos na execução do objeto registrado.

Declaramo-nos, de forma expressa, que estamos cientes de que, foi-nos dada a possibilidade de indicar dados sensíveis integrantes deste processo de contratação e pertinentes à Licitante a se submeterem ao processo de anonimização, por meios técnicos e disponíveis ao CONSUD.

Francisco Beltrão/PR, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura
Representante legal da empresa/procurador

ANEXO – II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2026 em epígrafe que tem por objeto o registro de preços visando a aquisição compartilhada de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais e oficinais), para o atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e de seus 27 (vinte e sete) municípios consorciados, conforme segue:

Item	Especificação	Fabricante/Reg. Anvisa	Unidade	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	xx		xx	xx	R\$	R\$
2	xx		xx	xx	R\$	R\$

Informar Valor total R\$

A validade desta proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Contato para eventual comunicação entre o Pregoeiro e licitante: (XX) XXXX XXXX

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO – III CADASTRO DE DADOS BANCÁRIOS

Nós, [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o número [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo] e telefone [Número de telefone], representada por [Nome do Representante], na qualidade de [Cargo do Representante legal], RG nº, CPF nº, declaramos, para os devidos fins de direito e conforme exigido pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2026 os seguintes dados bancários:

- **Nome do Banco:** _____
- **Agência:** _____
- **Número da Conta Corrente:** _____
- **Tipo de Conta:** _____

*preferencialmente Banco do Brasil.

Os dados bancários fornecidos são utilizados exclusivamente para fins de transações financeiras relacionadas ao contrato decorrente deste Pregão Eletrônico, devendo, portanto, corresponder a uma conta bancária de titularidade da Pessoa Jurídica.

A presente declaração é feita sob a responsabilidade da empresa e seus representantes, de acordo com as normas vigentes e as disposições legais aplicáveis. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Francisco Beltrão, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal



CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 00/2026

No dia, por este instrumento de Ata de registro de preços, que entre si fazem, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE**, Associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica, com sede na Rod. Contorno Vitorio Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, Município de Francisco Beltrão - Paraná, CEP 85.601.-838, inscrita no CNPJ sob nº 00.333.678/0001-96, neste ato representado por seu Presidente Senhor JEAN PIERR CATTO, brasileiro, maior, portador do CPF. nº 026.863.009-73 e RG. Nº 6.085.110-7 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Canjerana, 789, Centro, na cidade de Santa Izabel do Oeste/Paraná, aqui denominado CONSUD, e de outro lado as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas **DETENTORAS DA ATA**, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº09/2026, com respaldo na Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021 e na Resolução 24/2023 do CONSUD e tem ajustado as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta licitação o registro de preços visando a aquisição compartilhada de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais e oficinais), para o atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e de seus 27 (vinte e sete) municípios consorciados, de acordo com os quantitativos estimados e durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

§1º Os itens objeto deste Termo de Referência são classificados como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas da Farmacopeia Brasileira, permitindo a seleção da proposta de menor preço.

Ite m	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unit.	Valor total
				R\$	R\$
Total					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto desta ata será de responsabilidade exclusiva da DETENTORA DA ATA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pela presente detentora da ata.

§1º O valor total do objeto da presente licitação é de **R\$ (0,00)**, e o pagamento deverá ocorrer conforme descrito na cláusula “DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, constante nessa minuta da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para aquisição dos referidos itens desta ata correrão por conta das seguintes despesas:

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional programática	Elemento de despesa	Fonte
CONSUD				
14	1.2001	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
21	1.2002	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
26	1.2003	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
30	1.2004	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
34	1.2005	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
58	1.2007	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
119	1.2012	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
41	1.3001	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
48	1.3002	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
ENTES CONSORCIADOS				
63	1.4010	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
64	1.4011	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
65	1.4012	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
66	1.4013	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
67	1.4014	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
68	1.4015	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
69	1.4016	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
70	1.4017	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
71	1.4018	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
72	1.4019	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
73	1.4020	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
74	1.4021	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
75	1.4022	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
76	1.4023	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
77	1.4024	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
78	1.4025	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
79	1.4026	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
80	1.4027	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
81	1.4028	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
82	1.4029	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
83	1.4030	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
84	1.4031	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
85	1.4032	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
86	1.4033	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
87	1.4034	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
88	1.4035	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
89	1.4036	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição será realizada periodicamente, tomando-se como base as fórmulas magistrais efetivamente recebidas e aceitas, em estrita conformidade com as especificações da Ata de Registro de Preços e as ordens de serviço emitidas.

§1º Para fins de medição e posterior liquidação, os medicamentos manipulados devem ser entregues em perfeitas condições, respeitando-se integralmente os requisitos de estabilidade farmacotécnica e transporte, com embalagens e rótulos íntegros e ausência de danos físicos ou químicos (como oxidação ou precipitação).

§2º A conferência técnica para fins de medição incluirá a verificação do prazo de validade, que deverá ser compatível com o tempo de tratamento prescrito, sendo os itens em desacordo rejeitados ou condicionados à substituição imediata ou via Carta de Compromisso de Troca, a critério da fiscalização.

§3º Os documentos que acompanham o fornecimento (romaneios e ordens de entrega) serão analisados detalhadamente, devendo conter as informações exigidas para a rastreabilidade magistral: descrição da fórmula, número do lote interno da farmácia, data de manipulação e validade.

§4º A Fiscalização Técnica e a Fiscalização Administrativa possuem autonomia para aplicar os métodos de aferição e verificação necessários para garantir a fidedignidade das medições, podendo exigir a apresentação dos Certificados de Análise dos Insumos para validar a qualidade e a procedência dos ativos.

§5º A escolha dos métodos de medição visará sempre a segurança clínica dos pacientes e a eficiência do gasto público, podendo incluir a inspeção detalhada das características organolépticas (cor, odor, textura) das preparações no ato do recebimento definitivo.

§6º A Nota Fiscal deverá ser emitida pela DETENTORA DA ATA, após solicitação formal da CONTRATANTE. O pagamento ficará condicionado ao atesto definitivo da fiscalização do contrato, realizado após a conferência técnica da conformidade dos medicamentos.

§7º Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente sob o mesmo CNPJ utilizado na habilitação e assinatura da Ata, em nome do:

I. Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), CNPJ: 00.333.678/0001-96, Inscrição Estadual: Isento, Rodovia Contorno Vítório Traiano, nº 501. Bairro Água Branca, Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.601-838.

§8º No corpo da nota fiscal deverá obrigatoriamente constar:

I. O número da Ata de Registro de Preços e do Processo Licitatório;

II. O número da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra correspondente;

III. A descrição detalhada, a marca, o número do lote e a quantidade dos medicamentos entregues.

§9º A descrição dos itens na Nota Fiscal deverá reproduzir fielmente a redação constante na Ata de Registro de Preços e na proposta de preços homologada.

§10 Quando houver alteração de dados bancários, a DETENTORA DA ATA deverá enviar novo comprovante de conta bancária pessoa jurídica, no mesmo CNPJ utilizado na habilitação, ao Setor Financeiro do CONSUD, por meio do e-mail *financeiro@consud.org*.

§11 A conta bancária informada deverá ser, preferencialmente, do Banco do Brasil.

§12 Havendo erros na emissão da nota fiscal, ou na entrega dos produtos, que impeçam a liquidação da despesa, a nota fiscal deverá ser substituída ou anulada pela DETENTORA DA ATA. Nesses casos, o prazo de pagamento ficará suspenso até a adoção das medidas saneadoras.

§13 A DETENTORA DA ATA é responsável pela correta apuração e recolhimento dos tributos incidentes sobre o fornecimento dos produtos, devendo informar, na nota fiscal, o regime tributário ao qual está vinculado.

§14 O CONSUD, por sua natureza jurídica de consórcio público de direito público, equiparado a autarquia, procederá à retenção tributária obrigatória, nos termos da legislação aplicável e das Instruções Normativas RFB nº 1234/2012, nº 2110/2022 e nº 2145/2023 RFB e suas alterações.

§15 Na ausência de informação expressa sobre a não incidência de retenções, o CONSUD efetuará automaticamente a retenção do imposto de renda na fonte.

§16 Caso a DETENTORA DA ATA seja optante do Simples Nacional, deverá constar menção expressa na nota fiscal, acompanhada da declaração nos moldes do Anexo IV da IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

§17 O pagamento será condicionado à efetiva entrega dos medicamentos, devidamente atestada pela gestão e fiscalização do contrato, e à apresentação da nota fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas pela legislação.

§18 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou mediante certidões individualizadas, os documentos comprobatórios de regularidade:

- I. Certidão Negativa de Débitos da União;
- II. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- III. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- IV. Certidão de Regularidade do FGTS;

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§19 Constatada a ausência ou o vencimento de qualquer das certidões de regularidade exigidas, a Coordenação Administrativa notificará formalmente a DETENTORA DA ATA para que promova a regularização no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos. A inércia do fornecedor após o transcurso deste prazo sujeitará a empresa à aplicação de sanções administrativas, nos termos dos Artigos 121 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

§20 O pagamento será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do aceite definitivo da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente no mesmo CNPJ da licitante vencedora, vinculada ao contrato.

§21 Em razão da natureza jurídica do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e da multiplicidade de fontes de recursos utilizadas para custeio das despesas, os pagamentos poderão ser operacionalizados por diferentes fontes orçamentárias e financeiras, observada a disponibilidade de recursos vinculados e o prazo de pagamento previsto neste instrumento.

I. A utilização de diferentes fontes de recursos ou procedimentos internos de execução financeira não afastará a obrigação de observância dos prazos de pagamento estabelecidos no edital, no contrato ou na ata de registro de preços.

§22 Não será admitido pagamento por boleto bancário, operação de factoring ou qualquer forma de cessão de crédito, bem como não será autorizado pagamento antecipado, sendo devido apenas o valor correspondente aos serviços prestados, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

§23 O pagamento será efetuado pelo CONSUD em horário de expediente. Caso a data programada coincida com feriado, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos e irreajustáveis durante sua vigência.

§1º Na hipótese de formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços com vigência superior a 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§2º A suspensão ou interrupção da execução da Ata durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância do gestor da Ata, ensejará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na Ata de registro de preços;

§3º A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, por meio de revisão, está condicionada à demonstração exaustiva e analítica, por parte da fornecedora, da ocorrência de álea econômica

extraordinária e extracontratual, resultante de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução contratual, ou ainda em casos de força maior;

§4º Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução das ARPs. Eventual recomposição de valores em favor da DETENTORA DA ATA deverá, preferencialmente, ser paga a título indenizatório, após análise e aprovação do CONSUD;

§5º A suspensão ou interrupção da execução contratual durante a análise dos pedidos de revisão, sem a expressa concordância do gestor da ARP, implicará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na ata;

§6º Qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente comprovada. As notas de empenho de despesa emitidas anteriormente à data do pedido não sofrerão alterações;

§7º A DETENTORA DA ATA deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por escrito, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes. O valor do ajuste solicitado não poderá superar o preço médio de mercado vigente à época;

§8º O pedido deverá ser enviado ao e-mail institucional protocolo@consud.org, acompanhado do requerimento mencionado no §7º, bem como dos seguintes documentos:

- I. Notas fiscais da aquisição do item pela DETENTORA DA ATA;
- II. Notas fiscais dos itens que serão solicitados o reequilíbrio na data da licitação;
- III. Notas fiscais dos itens que serão solicitados o reequilíbrio na data da solicitação do reequilíbrio;
- IV. Ofício ou carta do laboratório, em caso de desistência ou troca de marca;
- V. Outros documentos julgados necessários;
- VI. Demonstrativo detalhado, conforme modelo abaixo (um para cada item);

Processo Nº XX/XXX		Pregão Eletrônico Nº XX/XXX	
Nº do Item:			
Descrição do Item:			
Marca:			
Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação		Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro	
Preço registrado na licitação		Novo preço proposto	
Preço de compra antes da licitação		Preço de compra atual	
Data da compra		Data da compra	
Nº da Nota fiscal		Nº da Nota fiscal	

§9º Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios exigidos;

§10 O Consórcio poderá consultar os preços das demais empresas participantes, observando a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço antes de deferir o pedido de reequilíbrio, liberando a requerente da obrigação de entrega do medicamento;

§11 O Consórcio poderá convocar a qualquer momento a DETENTORA DA ATA para reduzir os preços registrados, em conformidade com pesquisas de mercado realizadas, ou em caso de alterações conjunturais que provoquem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional;

§12 Caso não haja redução dos preços, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. O Consórcio poderá convocar os demais fornecedores classificados para negociação nas mesmas condições ou revogar total ou parcialmente a ata de registro de preços;

§13 Os valores ajustados somente serão repassados à DETENTORA DA ATA após a formalização do instrumento competente e sua respectiva publicação, quando exigida pela legislação.

CLÁUSULA SEXTA - DO TERMO ESPECÍFICO DA ATA E DA GARANTIA

Será firmado uma única Ata de Registro de preços com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pela lei nº 14.133/2021 e Resolução do CONSUD 24/2023, rescindindo-se automaticamente após o prazo estipulado ou podendo ser alterado em suas cláusulas através de Termo Aditivo, com prazo de entrega de 5 (cinco) dias úteis da solicitação;

§1º O prazo de vigência da Ata será pelo período de 12 (doze) meses, com início em _____ e término em _____.

§2º Em conformidade com o disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja manifestação de interesse da Administração e seja comprovada a manutenção da vantagem econômica dos preços registrados.

§3º A licitante vencedora se obriga a manter durante toda a execução da Ata as mesmas condições da habilitação;

§4º Conforme previsto no Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar a Ata ou proceder a qualquer prorrogação, o CONSUD deverá realizar as seguintes consultas para assegurar a idoneidade e regularidade da detentora:

I. Verificar a regularidade fiscal e tributária da contratada;

II. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

III. Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

IV. Emitir certidão negativa de inidoneidade;

V. Emitir certidão negativa de impedimento;

VI. Emitir certidão negativa de débitos trabalhistas;

§5º Toda a documentação comprobatória das consultas mencionadas no subitem anterior deverá ser obrigatoriamente anexada ao respectivo processo administrativo de contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O registro de preços da DETENTORA DA ATA poderá ser cancelado, total ou parcialmente, pela Administração, garantidos o contraditório e a ampla defesa, quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

I. Descumprimento das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital ou no Termo de Referência;

II. Recusa injustificada em atender às solicitações de fornecimento formalmente emitidas pela Administração;

III. Não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

IV. Aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

V. Falência, dissolução, liquidação ou extinção da pessoa jurídica;

VI. Razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

VII. Comprovação de que os preços registrados se tornaram superiores aos praticados no mercado e não houver êxito na negociação para sua redução;

VIII. Solicitação formal da própria DETENTORA DA ATA, desde que devidamente fundamentada e aceita pela Administração, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data do efetivo cancelamento.

§1º O cancelamento do registro de preços não eximirá a DETENTORA DA ATA das obrigações assumidas anteriormente à sua efetivação, nem da aplicação das sanções cabíveis pelos descumprimentos já constatados.

§2º O cancelamento será formalizado por decisão da autoridade competente e devidamente registrado nos autos do processo administrativo correspondente.

§3º Cancelado o registro de preços, a Administração poderá convocar os demais licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ATA

A DETENTORA DA ATA declara aceitar os métodos de controle adotados pelo CONSUD, comprometendo-se a fornecer a documentação assistencial e técnica necessária ao acompanhamento da execução, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

§1º A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pelos seguintes agentes públicos:

I. Gestora de Contratos: Camila Dahmer;

II. Fiscal Administrativo: Gustavo Henrique Fiorese;

III. Fiscal Técnica: Naira Milena Sabbi.

§2º À Fiscalização Técnica, exercida pela servidora Naira Milena Sabbi, designada por meio da Decisão Administrativa nº 113/2026, compete, mas não se limita, a verificar a estrita conformidade das fórmulas manipuladas entregues com as especificações deste Termo de Referência, incluindo a conferência de laudos de análise dos insumos, prazos de validade compatíveis com o tratamento, características organolépticas (cor, odor, textura), integridade das embalagens magistrais e manutenção da cadeia de frio para itens termolábeis.

§3º À Fiscalização Administrativa, exercida pelo servidor Gustavo Henrique Fiorese, compete, mas não se limita, ao controle dos aspectos formais da Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência da regularidade documental da detentora (AFE, Alvarás e CRT), a gestão dos saldos dos itens registrados e a instrução dos processos para fins de pagamento.

§4º O CONSUD manterá canal de Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 32/2025, cujos relatórios e denúncias procedentes sobre a qualidade das fórmulas ou falhas na manipulação e fornecimento poderão subsidiar a fiscalização na apuração de faltas contratuais e na aplicação de sanções administrativas.

§5º A atuação dos fiscais não exclui nem reduz a responsabilidade integral da detentora da Ata pela qualidade técnica, eficácia e segurança dos medicamentos manipulados fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes de erros de manipulação, contaminação cruzada ou transporte inadequado.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a homologação do resultado final do certame, a licitante vencedora deverá realizar o cadastro de seu representante junto ao Setor de Compras do CONSUD, pelo e-mail compras@consud.org, no prazo de 3 (três) dias úteis;

§1º Após a homologação da licitação, será formalizada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), que funcionará como o documento vinculativo de fornecimento, contendo os valores, condições e demais especificações acordadas, estabelecendo o compromisso formal da licitante vencedora em cumprir os termos definidos;

§2º O Setor de Contratação do CONSUD entrará em contato com a licitante vencedora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, enviando a ARP pelo canal oficial de comunicação do setor para assinatura;

§3º A licitante vencedora deverá dispor de Certificação Digital válida da empresa para efetuar a assinatura da ARP;

§4º A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ARP, para realizar a ASSINATURA DIGITAL e devolver o documento pelo mesmo canal de comunicação utilizado para o envio inicial;

§5º Após a assinatura da ARP, a licitante vencedora passará a ser denominada formalmente como DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sendo responsável por cumprir integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual;

§6º Caso a licitante vencedora se recuse a assinar a ARP ou apresente situação irregular no momento da convocação, será chamada a próxima licitante classificada, seguindo a ordem de classificação, para a assinatura. Esse procedimento será realizado sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no art. 142, § 2º, da Resolução nº 24/2023 do CONSUD;

§7º A solicitação de fornecimento dos produtos será formalizada exclusivamente por esta entidade por meio da emissão da Nota de Empenho de Despesa, que funcionará como a autorização oficial de compra. Essa nota de empenho será enviada apenas pelos canais de comunicação oficiais da instituição, garantindo autenticidade e segurança na comunicação. A DETENTORA DA ATA deverá aceitar somente os pedidos que forem formalizados por este meio;

§8º A referida nota será encaminhada apenas pelos canais de comunicação oficiais da instituição, garantindo a autenticidade e a segurança do processo, devendo a DETENTORA DA ATA processar apenas os pedidos que forem formalizados por este meio.

§9º O CONSUD não está vinculado ao atendimento de eventuais exigências de faturamento mínimo ou lotes mínimos estipulados pela DETENTORA DA ATA para a realização dos pedidos.

§10 A empresa deverá atender integralmente às solicitações realizadas, independentemente do valor ou volume solicitado, observando rigorosamente os critérios quantitativos e as especificações técnicas estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

§11 A DETENTORA DA ATA deverá confirmar o recebimento das solicitações formalizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, através do mesmo canal oficial de comunicação utilizado para o envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

§12 Caso seja verificada qualquer irregularidade, erro ou necessidade de ajuste na solicitação enviada, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar imediatamente à Administração, de forma clara e fundamentada, para que sejam adotadas as medidas saneadoras cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, conforme a necessidade do CONSUD, em estrita concordância com o Art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

§1º O fornecimento dos produtos não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, em nenhuma circunstância;

§2º O prazo da entrega dos itens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho de despesa, devendo o fornecimento ocorrer em remessa única para cada autorização expedida, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

§3º Caso não seja efetivada a entrega total do pedido no prazo estabelecido, ou esta ocorra de forma parcial, a DETENTORA DA ATA será notificada para se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§4º A ausência de manifestação ou o indeferimento da justificativa apresentada acarretará a abertura imediata de processo administrativo para apuração e eventual aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente.

§5º O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal da DETENTORA DA ATA, desde que protocolada dentro do prazo inicial de 20 (vinte) dias corridos e devidamente instruída com documentos comprobatórios que justifiquem a excepcionalidade, ficando a aceitação a critério exclusivo da Administração.

§6º A justificativa deverá ser protocolada oficialmente por meio de ofício enviado aos e-mails institucionais protocolo@consud.org e compras@consud.org, com a devida comunicação complementar via WhatsApp Institucional do setor competente.

§7º Os horários de recebimento de materiais são das 8h às 11h30 e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira, na Rodovia Contorno Vitório Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85601-838.

§8º O responsável pelo Setor de Compras do CONSUD poderá indicar outro local para a entrega durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que a comunicação seja realizada formalmente e em tempo hábil através dos canais oficiais da Instituição.

§9º O recebimento dos itens na sede do Consórcio dar-se-á mediante agendamento prévio, via telefone, WhatsApp ou e-mail institucional, cujos contatos serão fornecidos por ocasião do envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Fica proibida a subcontratação da manipulação das fórmulas registradas, devendo o objeto ser executado diretamente pela Detentora da Ata em seu laboratório habilitado, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e aceito pela Administração do CONSUD.

§1º Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações farmacotécnicas, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, sem ônus para o Consórcio, dada a natureza essencial e o prazo de validade diferenciado dos manipulados.

§2º Os medicamentos deverão possuir prazo de validade compatível com o tempo de tratamento prescrito, garantindo-se que, no ato da entrega, o produto permita o consumo integral dentro do período de vigência da fórmula.

§3º No ato da entrega, os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE para posterior verificação de conformidade técnica pela Fiscal Técnica Naira Milena Sabbi.

§4º No momento da apresentação dos produtos, será realizada a conferência da quantidade de unidades e a assinatura do comprovante de entrega provisória.

§5º A assinatura no romaneio não implica o recebimento definitivo e nem atesta a conformidade da manipulação com a prescrição ou com os padrões da RDC 67/2007.

§6º Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante a verificação do cumprimento dos seguintes requisitos:

§7º A quantidade, a fórmula e a dosagem dos produtos devem estar em estrita conformidade com o solicitado na Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

§8º Os rótulos devem estar íntegros, contendo obrigatoriamente: identificação da farmácia, nome do farmacêutico responsável, número do lote interno, data de manipulação e data de validade.

§9º As embalagens primárias devem estar invioladas e serem adequadas à proteção da fórmula (frascos âmbar para fotossensíveis, bisnagas para géis, etc.).

§10 Sempre que solicitado, deverão ser apresentados os Certificados de Análise dos Insumos utilizados na manipulação do lote entregue.

§11 As condições de transporte devem observar as Boas Práticas de Manipulação e Distribuição, garantindo a integridade física e a estabilidade química das preparações magistrais.

§12 Para fórmulas que exijam conservação em temperatura controlada (geladeira), o transporte deve ser realizado em embalagem térmica que garanta a manutenção da temperatura adequada até o momento da entrega.

§13 Confirmada a conformidade técnica pela fiscalização, a Nota Fiscal será atestada para fins de processamento do pagamento.

§14 Caso os materiais sejam devolvidos por desacordo técnico (como oxidação, separação de fases ou erro de dosagem), todas as despesas de logística e nova manipulação serão de responsabilidade exclusiva da detentora da Ata.

§15 Não será permitida a entrega de produtos sem a apresentação da respectiva Nota de Pré-Empenho e dos documentos fiscais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os medicamentos manipulados somente serão aceitos se estiverem identificados de acordo com a nomenclatura da farmacopeia ou a descrição constante na Lista Geral do Anexo I, acompanhados obrigatoriamente do nome do paciente (quando houver indicação na ordem de serviço) para garantir a personalização do tratamento.

§1 Não serão aceitos produtos de farmácias que não possuam Alvará Sanitário e AFE (Autorização de Funcionamento) vigentes e específicos para a atividade de manipulação.

§2 O fornecedor deverá manter todas as licenças devidamente atualizadas durante toda a execução contratual, sob pena de suspensão dos recebimentos.

§3 Não serão aceitos medicamentos cujas embalagens (frascos, bisnagas ou envelopes) apresentem sinais de violação, vazamentos, oxidação ou qualquer inadequação técnica que comprometa a estabilidade da fórmula.

§4 Os rótulos devem estar fixados de forma íntegra e conter, de forma visível e indelével, as informações exigidas pela RDC nº 67/2007:

- I. Data da manipulação e prazo de validade;
- II. Composição qualitativa e quantitativa dos ativos;
- III. Identificação da farmácia com CNPJ e endereço;
- IV. Nome do Farmacêutico Responsável com o respectivo CRF.

§5 As embalagens devem apresentar, de maneira nítida, os dizeres: "USO RESTRITO AO CONSUD - PROIBIDA A VENDA AO COMÉRCIO".

§6 As embalagens devem indicar claramente as condições de armazenamento, como "Manter em geladeira", "Agite antes de usar" ou "Proteger da luz", conforme a natureza da preparação.

§7 Fórmulas Fotossensíveis: Devem ser obrigatoriamente acondicionadas em embalagens opacas ou âmbar que garantam a proteção dos ativos contra a luz.

§8 O descumprimento de qualquer requisito de rotulagem ou a ausência de informações técnicas essenciais implicará na rejeição imediata do item e na obrigação de nova manipulação sem custos adicionais ao CONSUD.

§9º Sempre que solicitado pela fiscalização, a DETENTORA DA ATA deverá disponibilizar a ficha de pesagem e o registro de produção do lote manipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Os rótulos dos medicamentos manipulados devem conter, de forma clara, visível e indelével, o nome do Farmacêutico Responsável Técnico pela manipulação da fórmula.

§1º Deve constar obrigatoriamente o número do registro profissional no Conselho Regional de Farmácia (CRF) e a respectiva Unidade da Federação (UF) na qual o profissional está inscrito, em conformidade com as normas do Conselho Federal de Farmácia e a RDC nº 67/2007.

§2º O registro do farmacêutico responsável deve estar devidamente vinculado ao Conselho Regional de Farmácia da unidade federativa onde o laboratório de manipulação da Detentora da Ata está localizado, assegurando a plena responsabilidade técnica sobre o processo de pesagem, mistura, envase e controle de qualidade das preparações.

§3º A Detentora da Ata deverá comunicar formalmente ao CONSUD qualquer alteração no quadro de farmacêuticos responsáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apresentando o novo Certificado de Regularidade Técnica (CRT) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VALIDADE E TRANSPORTE

As embalagens dos medicamentos manipulados devem, obrigatoriamente, apresentar a data de validade de forma clara e visível, indicando o período durante o qual a fórmula mantém sua estabilidade, integridade e eficácia terapêutica, em estrita observância à RDC nº 67/2007.

§1º No ato da entrega, o prazo de validade das fórmulas deve ser compatível com o período necessário para o consumo total da quantidade prescrita, garantindo que o paciente consiga finalizar o tratamento dentro do prazo de segurança farmacológica.

§2º Considerando a natureza personalizada e o prazo de validade reduzido das preparações magistrais em comparação aos medicamentos industrializados, a Administração poderá aceitar itens com validades curtas, desde que a fiscalização técnica ateste que o prazo é suficiente para a dispensação e uso imediato pelos municípios.

§3º Caso seja constatada a entrega de fórmulas com validade inferior ao tempo de tratamento previsto na ordem de serviço, a DETENTORA DA ATA deverá obrigatoriamente realizar a substituição imediata ou apresentar uma Carta de Compromisso de Troca, conforme o interesse da Administração para evitar o desabastecimento.

§4º A referida Carta de Compromisso de Troca obriga a detentora a substituir, integralmente e sem ônus para o Consórcio, os itens que não forem utilizados antes do vencimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

§5º Quando houver a necessidade de substituição de produtos por falhas na validade ou na estabilidade (como oxidação precoce), os prazos de pagamento serão suspensos até a regularização total do fornecimento.

§6º O descumprimento dos critérios de validade ou a recusa na substituição pactuada caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a farmácia à aplicação de multa sobre o valor total dos itens em desacordo e demais sanções administrativas previstas na Resolução nº 24/2023 do CONSUD e demais normativos internos aplicáveis.

§7º O acondicionamento e o transporte dos medicamentos manipulados devem atender rigorosamente às normas sanitárias vigentes, garantindo proteção contra sujidade, umidade e variações de temperatura que possam comprometer a estabilidade das fórmulas, em estrita observância à RDC nº 67/2007.

§8º No caso de produtos que exijam conservação especial (termolábeis), as embalagens térmicas e os sistemas de isolamento utilizados devem ser apropriados para assegurar a integridade térmica e a estabilidade farmacológica do produto durante todo o trajeto até a sede do CONSUD.

§9º Para o transporte de produtos termolábeis, a detentora da Ata deverá garantir que a cadeia de frio seja mantida, podendo a fiscalização exigir a comprovação da temperatura no ato do recebimento por meio de dispositivos de monitoramento.

§10 O transporte deve seguir critérios técnicos que garantam a preservação da identidade, qualidade e integridade físico-química das preparações magistrais, evitando a exposição excessiva à luz e trepidações que possam causar a separação de fases em cremes ou suspensões.

§11 No momento da entrega na sede do CONSUD, os volumes devem estar organizados e identificados por tipo de fórmula e lote interno, a fim de viabilizar a celeridade e a precisão no processo de conferência.

§12 As caixas de transporte devem estar em perfeito estado de conservação e ser adequadas à natureza dos produtos (frascos de vidro, bisnagas ou plásticos), garantindo que não haja esmagamento ou rompimento de lacres.

§13 Em caso de avaria ou dano verificado no ato da descarga, os itens deverão ser imediatamente recolhidos e substituídos pela farmácia por produtos íntegros no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer custo adicional para o Consórcio.

§14 Não serão aceitos medicamentos transportados em condições precárias de higiene ou que compartilhem o espaço com substâncias tóxicas, perigosas ou qualquer material que possa causar contaminação cruzada.

§15 Em caso de extravio de mercadorias, a DETENTORA DA ATA deverá providenciar a nova manipulação e reposição imediata dos itens, respeitando o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência.

§16 Produtos transportados em condições incompatíveis com as recomendações farmacotécnicas (embalagens molhadas, rompidas ou fora da temperatura indicada no rótulo) não serão recebidos sob nenhuma hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação da atividade de manipulação farmacêutica, sendo admitida apenas a contratação de terceiros para transporte e logística.

§1º Será admitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de transporte, logística e descarregamento dos medicamentos, devendo a entrega ser realizada obrigatoriamente na sede do CONSUD, em Francisco Beltrão.

§2º Na hipótese de subcontratação prevista no item anterior, a detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total e exclusiva responsabilidade, civil e administrativa, por todos os atos, omissões ou eventuais danos causados pela subcontratada ou seus prepostos durante o trajeto e a descarga dos itens.

§3º A existência de contrato de subcontratação não exime a fornecedora principal do cumprimento rigoroso das obrigações relativas aos prazos de entrega, condições de armazenamento e integridade farmacêutica dos produtos, permanecendo esta como a única responsável perante o CONSUD por qualquer desconformidade verificada no ato do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, relativamente aos dados a que tiverem acesso em razão da execução da presente Ata de Registro de Preços.

§1º A DETENTORA DA ATA deverá utilizar os dados pessoais eventualmente disponibilizados pelo CONSUD exclusivamente para a execução do objeto contratado, vedada sua utilização para finalidade diversa, compartilhamento não autorizado ou qualquer forma de tratamento incompatível com as disposições legais aplicáveis.

§2º A DETENTORA DA ATA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

§3º Caso ocorra incidente de segurança envolvendo dados pessoais relacionados à execução da presente Ata, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente o CONSUD no prazo

máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ciência do fato, fornecendo todas as informações necessárias para avaliação dos riscos e adoção das medidas cabíveis.

§4º A DETENTORA DA ATA responderá integralmente pelos danos causados em decorrência do tratamento irregular de dados pessoais realizado por seus empregados, prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e legais aplicáveis.

§5º Encerrada a vigência da Ata ou cessada a necessidade de tratamento dos dados pessoais, a DETENTORA DA ATA deverá eliminar ou devolver os dados recebidos do CONSUD, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

A DETENTORA DA ATA deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, bem como as previstas no edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas relacionadas à execução adequada e perfeita do objeto contratado;

§1º Executar a manipulação e a entrega do objeto de acordo com as condições, prazos, local e especificações constantes no Termo de Referência, garantindo a estrita observância à RDC nº 67/2007 da ANVISA.

§2º Atender a todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, respeitando a natureza de fornecimento parcelado e as demandas individualizadas dos municípios consorciados.

§3º Manter um canal de comunicação eficiente com o CONTRATANTE, respondendo prontamente a esclarecimentos técnicos ou ajustes farmacotécnicos necessários.

§4º Preservar, durante toda a vigência da Ata, todas as condições de habilitação exigidas, incluindo a regularidade do Alvará Sanitário e do Certificado de Regularidade Técnica (CRT).

§5º Responsabilizar-se pela qualidade, pureza e procedência dos insumos utilizados, bem como pela integridade das embalagens (frascos, bisnagas, envelopes, etc.) até a entrega definitiva, garantindo o transporte adequado para preservar a estabilidade das fórmulas.

§6º Entregar os medicamentos manipulados com prazo de validade compatível com o período de tratamento prescrito, observando-se que, devido à natureza magistral, a validade deve ser a máxima permitida pela farmacopeia ou literatura técnica para cada formulação, nunca inferior ao necessário para o consumo total da quantidade solicitada.

§7º Assumir integralmente os encargos sociais, trabalhistas e quaisquer outros relacionados à sua condição de empregadora;

§8º Entregar todos os medicamentos com rótulos em português, contendo obrigatoriamente: nome do paciente (quando indicado na ordem de serviço), composição qualitativa e quantitativa, posologia (se solicitada), data de manipulação, prazo de validade, número do lote interno e identificação do farmacêutico responsável com o respectivo CRF.

§9º Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventuais motivos de força maior ou falta de insumo específico no mercado que impossibilitem o cumprimento do prazo, mediante comprovação.

§10 Garantir que todos os produtos apresentem características organolépticas (aparência, odor e textura) apropriadas à forma farmacêutica solicitada.

§11 Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando esclarecimentos e apresentando laudos de análise dos insumos sempre que solicitado.

§12 Responsabilizar-se por eventuais erros na manipulação ou na emissão de documentos fiscais, arcando com os custos de retificação ou substituição imediata do item.

§13 Abster-se de fornecer itens em desacordo com as especificações técnicas da lista do CONSUD, sob pena de não recebimento e aplicação de sanções.

§14 Responder por vícios, danos ou reações adversas decorrentes de falhas na manipulação, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

§15 Manter incluídos no valor proposto todos os custos e despesas, incluindo o serviço de manipulação, insumos, embalagens, tributos e frete.

§16 Manter a regularidade fiscal, trabalhista e tributária durante toda a execução da Ata.

§17 Responsabilizar-se integralmente pelo transporte e descarregamento dos materiais na sede do CONSUD, sem ônus adicional.

§18 Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os produtos que no ato da entrega apresentarem sinais de oxidação, precipitação, embalagens violadas ou rotulagem em desacordo com as normas sanitárias.

§19 Apresentar, sempre que solicitado, a comprovação de que os insumos utilizados na manipulação foram adquiridos de fornecedores qualificados.

§20 Emitir nota fiscal em conformidade com os requisitos legais e as instruções de faturamento estabelecidas pelo CONSUD.

§21 Não transferir a terceiros a responsabilidade pela manipulação das fórmulas, sendo esta de execução privativa da Detentora da Ata devidamente habilitada

§22 Informar à CONTRATANTE quaisquer alterações de contato de forma imediata.

§23 Comunicar alterações na estrutura societária ou no quadro de farmacêuticos responsáveis no prazo de até 3 (três) dias úteis.

§24 Utilizar exclusivamente os canais oficiais de comunicação do CONSUD (*compras@consud.org* e *protocolo@consud.org*) para o envio formal de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Comunicar à DETENTORA DA ATA, formalmente e por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na manipulação ou na entrega das fórmulas, estabelecendo prazo razoável para que sejam corrigidas de forma satisfatória.

§1º Fornecer à DETENTORA DA ATA, por meio do Setor de Compras, as informações, as ordens de serviço e os esclarecimentos necessários (incluindo detalhamento de fórmulas e dosagens) para a perfeita execução do objeto.

§2º Garantir o cumprimento das condições de pagamento à DETENTORA DA ATA, observando rigorosamente os prazos, critérios e demais condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

§3º Aplicar as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no edital, em caso de inadimplemento, erro de manipulação ou descumprimento de prazos por parte da DETENTORA DA ATA.

§4º Antes da aplicação de quaisquer sanções, notificar formalmente a DETENTORA DA ATA, em estrita conformidade com a Resolução nº 24/2023 do CONSUD, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§5º Realizar, por intermédio dos fiscais de contrato, a conferência minuciosa da conformidade dos medicamentos manipulados recebidos provisoriamente, verificando aspectos organolépticos, rotulagem e integridade das fórmulas para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo.

§6º Utilizar obrigatoriamente os canais de comunicação oficiais do CONSUD (*compras@consud.org* e *protocolo@consud.org*) para o envio de ordens de fornecimento, documentos ou comunicações formais, destinados à DETENTORA DA ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação pauta-se pela observância de critérios de sustentabilidade que transcendem a mera conformidade técnica, visando a mitigação de impactos ambientais e o fomento à responsabilidade socioambiental em todo o ciclo de vida do objeto. Sob esta ótica, o processo de aquisição compartilhada de medicamentos manipulados prioriza soluções que aliem a eficácia terapêutica à preservação dos recursos naturais, incentivando a utilização de embalagens e recipientes que favoreçam a reciclagem, bem como o uso de insumos e veículos (bases e excipientes) com menor impacto ambiental.

§1º No que tange aos processos de manipulação e logística, a Administração busca valorizar empresas que adotem práticas sustentáveis consolidadas, como a gestão eficiente e o descarte adequado de resíduos químicos e efluentes farmacêuticos, em estrita observância às normas sanitárias e ambientais vigentes. As contratadas deverão buscar a otimização do uso de materiais, evitando embalagens secundárias desnecessárias e priorizando o agrupamento de entregas para a redução da pegada de carbono no transporte entre os 27 municípios consorciados.

§2º Além da dimensão ambiental, os critérios de sustentabilidade abrangem a responsabilidade social e a eficiência administrativa. O modelo de Registro de Preços adotado nesta licitação é, por si só, uma ferramenta de sustentabilidade, pois permite um planejamento de demanda preciso que evita a imobilização desnecessária de capital e, principalmente, o desperdício de fórmulas magistrais decorrente de prazos de validade expirados.

§3º Dessa forma, a atuação do CONSUD alinha-se às diretrizes contemporâneas de governança, assegurando que a política pública de saúde contribua efetivamente para a proteção ambiental e a máxima utilidade do gasto público, garantindo o bem-estar social das gerações futuras por meio de uma gestão de suprimentos ética e ecologicamente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PENALIDADES

A DETENTORA DA ATA, durante a execução do contrato, que incorrer em infrações contratuais ou legais, ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- V. Sanções previstas na minuta contratual, cometidas na fase de execução contratual;
- VI. Descredenciamento do sistema de registro cadastral;
- VII. Cancelamento do contrato;

§1º As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

§2º Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, o Consórcio aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

CORRESPONDÊNCIA DE % (PORCENTAGEM)		
Grau	Porcentagem	Aplicação
01	10% (dez por cento)	valor do empenho



02	10% (dez por cento) ao dia	valor do empenho
03	20% (vinte por cento) ao dia	valor do item
04	10% (dez por cento)	valor total da Ata por item
05	30% (trinta por cento)	valor total da Ata

§3º Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de apresentar as certidões de regularidade (fiscal, trabalhista e previdenciária) junto à nota fiscal ou quando solicitado pela Administração.	05
2	Não cumprir o horário de entrega estabelecido neste termo;	01
3	Suspensão ou interrupção da execução da ARP, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Administração;	02 e 05
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
5	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela Administração;	03
6	Entrega em local diferente do especificado no contrato sem prévia autorização;	02
7	Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do contrato;	01
8	Atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da emissão nota de empenho de despesa, limitados à 30 (trinta) dias (POR INCIDÊNCIA);	01 e 02
9	Entregar medicamentos manipulados com prazo de validade insuficiente para a conclusão do tratamento prescrito ou em desacordo com as especificações da RDC nº 67/2007, sem a prévia apresentação e o aceite formal da Carta de Compromisso de Troca pela Fiscalização Técnica.	03
10	Entregar medicamentos manipulados termolábeis sem o devido monitoramento de temperatura ou com evidências de excursão térmica (fora da faixa de conservação estabelecida na rotulagem e na farmacopeia) durante o transporte, comprometendo a estabilidade físico-química da preparação magistral.	03
11	Deixar de substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, fórmulas manipuladas que apresentarem vícios de qualidade (oxidação, precipitação, alteração organoléptica), embalagens avariadas ou que tenham sido objeto de alerta sanitário e notificações de farmacovigilância.	02
12	Recusar o atendimento de pedidos sob a alegação de faturamento mínimo ou lote mínimo, descumprindo a obrigação de atender qualquer quantitativo registrado.	01

§4º A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar o percentual de

30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração;

§5º No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ARP;

§6º O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à empresa CONTRATADA;

§7º Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a empresa CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

§8º A multa, aplicada após regular processo administrativo, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à empresa CONTRATADA, será encaminhada para cobrança judicial.

§9º A manutenção da regularidade fiscal, durante a execução do contrato, constitui condição obrigatória. O descumprimento poderá motivar:

I. Rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial (Art. 121, §1º, e Art. 137, inciso III, da Lei 14.133/2021;

II. Cancelamento da execução dos serviços contratados, conforme análise de conveniência e interesse público;

III. Aplicação das sanções administrativas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A detentora da Ata de Registro de Preços compromete-se a atender às solicitações de fornecimento que vierem a ser formalizadas pelos órgãos participantes, observados os quantitativos máximos registrados e os prazos de vigência da ata.

§1º Qualquer contratação decorrente da ata estará sujeita, após a formalização do contrato, à possibilidade de alteração quantitativa, nos termos do art. 125, I, da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que o contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Parágrafo único - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste poderá declarar unilateralmente rescindida de pleno direito a presente Ata, assegurado o direito à aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo de outras medidas legais e de eventual indenização por perdas e danos, nos seguintes casos:

- I. Falência, concordata ou dissolução da DETENTORA DA ATA;
- II. Superveniência de incapacidade técnica ou financeira da DETENTORA DA ATA;
- III. Inobservância por parte da DETENTORA DA ATA de suas obrigações ou condições fundamentais da presente Ata;
- IV. Deixar de recolher, nos prazos legais, os tributos, impostos, taxas, encargos e demais obrigações a que esteja sujeita por força da legislação vigente e desta Ata;
- V. Por razões de interesse público ou por conveniência da Administração, devidamente motivadas e justificadas, a presente Ata poderá ser rescindida a qualquer tempo por iniciativa da CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Parágrafo único. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), do Código Civil Brasileiro e pelas demais normas de direito público e privado aplicáveis à espécie, ainda que não expressamente referidas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

Parágrafo único - A troca eventual de documentos entre o CONTRATANTE e a DETENTORA DA ATA será feita por meio de e-mail e WhatsApp. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

Parágrafo único - Uma vez firmado, o extrato da presente Ata será publicado no DIOEMS e Jornal de Beltrão, pelo CONTRATANTE, bem como no PNCP em cumprimento ao disposto na Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Parágrafo único - Fica assegurado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Na qualidade de responsável direta pela produção das fórmulas, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente ao CONSUD, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer alteração relevante em seu processo produtivo, incluindo mudança de fornecedores de insumos (extratos secos, bases, veículos), alteração de local de manipulação ou atualizações em seus Procedimentos Operacionais Padrão (POP) que impactem a estabilidade das fórmulas.

§1º A referida comunicação deve ser realizada de forma imediata, não ultrapassando o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a implementação da alteração, para que a fiscalização técnica avalie a manutenção da conformidade com o Anexo I do termo de referência.

§2º Na hipótese de interdição do laboratório de manipulação pela Vigilância Sanitária ou descontinuidade de estoque de algum insumo essencial no mercado nacional, a detentora deverá comunicar imediatamente o CONSUD, propondo alternativa técnica equivalente em eficácia terapêutica, sem qualquer ônus financeiro adicional para a Administração.

§3º A substituição ou alteração de fórmula mencionada no item anterior estará sujeita à análise rigorosa e homologação pela Fiscalização Técnica, devendo ser comprovada a equivalência farmacotécnica.

§4º Caso a alteração do insumo ou da apresentação resulte em custo de mercado inferior ao registrado na Ata, o CONSUD reserva-se o direito de repactuar o valor para manter o equilíbrio econômico-financeiro, pagando sempre o menor valor verificado.

§5º Se forem identificadas alterações que comprometam a estabilidade ou qualidade do produto manipulado (como precipitação, oxidação, alteração de cor ou odor) dentro de seu prazo de validade, a DETENTORA DA ATA será obrigada a realizar a substituição imediata dos itens afetados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação formal.

§6º A administração do CONSUD não assumirá qualquer responsabilidade por compromissos firmados pela DETENTORA DA ATA com terceiros (fornecedores de insumos ou transportadoras), ainda que vinculados à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.

§7º O CONSUD restará isento de qualquer responsabilidade civil ou administrativa por danos causados a terceiros (pacientes) em decorrência de erros de manipulação, contaminações ou atos praticados pela detentora e seus prepostos durante a execução do objeto.

§8º Os produtos ofertados deverão estar em estrita conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a RDC nº 67/2007, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais.

§9º Em consonância com a definição do objeto, todos os itens ofertados deverão ser de natureza manipulada/farmacêutica magistral, sendo causa de desclassificação a oferta de produtos industriais que não atendam às especificações de fórmulas personalizadas descritas no Anexo I do termo de referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

Parágrafo único - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta

própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS PARTES INTEGRANTES E VINCULAÇÃO AO EDITAL

As condições estabelecidas no edital nº 09/2026 – Pregão Eletrônico e na proposta apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição, onde vincularam a proposta com o edital, conforme o Art. 5º da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

§1º Serão incorporados a esta Ata, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pelo CONTRATANTE e DETENTORA DA ATA, tais como a prorrogação de prazos.

§2º As partes signatárias deste contrato reconhecem e aceitam que a presente proposta está estritamente vinculada às condições estabelecidas no edital 09/2026, do qual essa ata é parte integrante.

§3º A Contratada compromete-se a cumprir integralmente todas as disposições, requisitos e condições estabelecidos no referido edital, bem como em seus anexos e eventuais retificações.

§4º Em caso de divergência entre as condições estabelecidas nesta minuta de ata e as especificações do edital, prevalecerão as disposições do edital, exceto se expressamente acordado de outra forma pelas partes por meio de aditivo contratual.

§5º A Contratada declara estar ciente de que sua proposta e documentos apresentados para a participação nesta licitação estão em conformidade com todas as exigências do edital, e compromete-se a manter a regularidade documental durante todo o período de execução do contrato.

§6º O descumprimento das condições estabelecidas na ata acarretará as sanções previstas no próprio edital, na legislação pertinente e neste contrato, podendo resultar na rescisão do contrato, aplicação de penalidades financeiras e/ou outras medidas cabíveis.

§7º A Contratada compromete-se a acatar quaisquer alterações, retificações ou esclarecimentos que venham a ser publicados pelo órgão responsável pela licitação durante o processo, e a ajustar sua proposta de acordo com tais modificações.

§8º A contratada declara ter estabilidade econômico-financeira essencial para garantir que sua empresa mantenha operações consistentes e saudáveis, mesmo diante de desafios e flutuações de mercado, demonstrando resiliência e capacidade de adaptação frente a cenários adversos dos serviços de saúde pública;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA SUCESSÃO E DO FORO

Parágrafo único - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser assinada eletronicamente pelas partes, por meio de certificado digital ou plataforma de assinatura eletrônica que permita a identificação inequívoca dos signatários, produzindo todos os efeitos legais e jurídicos da assinatura física. Após a coleta das assinaturas, uma cópia integral do instrumento será disponibilizada às partes por meio eletrônico. Fica eleito o Foro da Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Ata, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, comprometendo-se a DETENTORA DA ATA a manter atualizados seus dados de contato e representante legal para fins de recebimento de notificações e demais comunicações oficiais.

Francisco Beltrão, 08 de junho de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE - CONSUD
PRESIDENTE – Jean Pierr Catto

RAZÃO SOCIAL (00.000.000/0000-00)	RAZÃO SOCIAL (00.000.000/0000-00)
--------------------------------------	--------------------------------------

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a etapa inicial do planejamento da contratação, elaborado em estrita observância ao Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Art. 31 da Resolução nº 24/2023 do CONSUD. Este documento visa identificar e analisar os cenários pertinentes ao atendimento da demanda, demonstrando a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida para subsidiar o subsequente processo licitatório.

A demanda foi formalizada pelo Setor de Compras por intermédio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 013/2026 e devidamente autorizada pela Decisão Administrativa nº 051/2026, estando alinhada às previsões do Plano de Contratações Anual (PCA 2026). O objeto consiste na aquisição compartilhada de medicamentos manipulados, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), destinados a suprir a rede de atenção primária e os serviços de média complexidade, assegurando a continuidade e a qualidade da assistência farmacêutica personalizada prestada à população regional.

A estrutura da contratação observará o rito da Lei nº 14.133/2021, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item. Esta modelagem visa a seleção das propostas mais vantajosas de forma individualizada, permitindo a ampla participação de empresas especializadas e garantindo que cada insumo seja adquirido pelo valor mais competitivo de mercado. O planejamento abrange o atendimento às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e dos 27 municípios que o integram: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge d'Oeste e Verê.

Este estudo detalha as análises conduzidas em relação aos requisitos da contratação, com especial enfoque nas normas sanitárias vigentes para farmácias de manipulação, alternativas de mercado e resultados pretendidos, servindo como base técnica indispensável para a futura elaboração do Termo de Referência e demais instrumentos convocatórios.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda fundamenta-se na imperatividade de assegurar o abastecimento regular e ininterrupto de fórmulas magistrais e oficinais (medicamentos manipulados) essenciais para o funcionamento da rede de assistência à saúde no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e de seus 27 municípios integrados. A necessidade de contratação visa conferir suporte técnico e operacional às unidades de saúde e farmácias públicas, garantindo a eficácia das políticas de assistência farmacêutica personalizada, especialmente para tratamentos que exigem dosagens, combinações ou apresentações não disponíveis na indústria farmacêutica convencional.

Muitos dos itens listados, como fitoterápicos e formulações específicas, são fundamentais para pacientes que não respondem à terapêutica padrão ou que necessitam de ajustes precisos de concentração. A aquisição e o suprimento destes materiais são condições sine qua non para a manutenção dos estoques reguladores, mitigando riscos de desabastecimento que poderiam comprometer a continuidade dos tratamentos e a segurança clínica dos pacientes.

No exercício de suas competências institucionais, o CONSUD adota a estratégia de compra compartilhada, centralizando as necessidades individuais dos entes consorciados. Esta unificação é estratégica para garantir que mesmo os municípios de menor porte tenham acesso a medicamentos manipulados com padrão de qualidade e especificações técnicas uniformes, assegurando a equidade na assistência à saúde em toda a região sudoeste.

Ademais, a centralização das aquisições racionaliza o esforço administrativo, evitando que cada município precise conduzir processos individuais para itens de mesma natureza. Isso fortalece o controle de qualidade, pois permite uma fiscalização técnica centralizada e rigorosa sobre a procedência e a composição das fórmulas entregues, garantindo que o atendimento à população seja pautado pela máxima utilidade do gasto público e segurança sanitária.

3. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do CONSUD, atendendo ao planejamento estratégico da entidade para o referido exercício. A inclusão deste objeto no PCA reflete o compromisso da administração com a governança das contratações, a previsibilidade orçamentária e a eficiência na alocação de recursos públicos, conforme previsto no Art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

É importante ressaltar que a previsão constante no cronograma do PCA para o item "Medicamentos" contempla uma estimativa global e macroestrutural para diversos tipos de suprimentos farmacêuticos. Portanto, os valores ali registrados constituem uma mera estimativa referencial, não representando o teto específico ou o detalhamento orçamentário exclusivo para a linha de medicamentos manipulados.

Para garantir a compatibilidade com a realidade de mercado e a precisão dos custos, será realizada uma ampla pesquisa de preços e cotação de mercado nesta fase preparatória. Esse procedimento permitirá a elaboração de um orçamento detalhado e específico para as fórmulas magistrais e oficinais pretendidas, assegurando que o preço de referência da licitação seja fidedigno aos custos atuais de produção e insumos das farmácias de manipulação.

A autorização para o prosseguimento do feito, formalizada por meio da Decisão Administrativa nº 051/2026, ratifica a consonância entre a demanda apresentada no DFD nº 013/2026 e as diretrizes fixadas no planejamento. Tal convergência assegura que a aquisição compartilhada não apenas atende a uma necessidade assistencial, mas integra uma estratégia macro de suprimento regional, otimizando os gastos do Consórcio e de seus entes consorciados por meio de dados financeiros atualizados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens objeto desta contratação deverão observar padrões de qualidade rigorosos, em estrita observância aos critérios técnicos, sanitários e normativos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a RDC nº 67/2007, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Tal exigência é imperativa para garantir a segurança terapêutica, a eficácia clínica e a mitigação de riscos à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Qualificação técnica e documentação obrigatória

Para fins de habilitação e conformidade técnica, as licitantes deverão apresentar:

- I. Autorização de Funcionamento (AFE): Comprovação de que a empresa detém autorização vigente expedida pela ANVISA para a atividade de manipular medicamentos;
- II. Autorização Especial (AE): Para os itens que contenham substâncias sujeitas a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998), a licitante deverá apresentar a Autorização Especial expedida pela ANVISA;
- III. Licença Sanitária Estadual ou Municipal: Alvará sanitário vigente que comprove que o estabelecimento está apto a manipular as fórmulas constantes no objeto;
- IV. Certificado de Regularidade Técnica (CRT): Documento emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da jurisdição da licitante, comprovando a assistência de profissional farmacêutico habilitado durante todo o horário de funcionamento.

Especificações técnicas das propostas

As propostas comerciais deverão ser instruídas com descritivo detalhado, contemplando obrigatoriamente:

- a. Identificação da fórmula conforme a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou nomenclatura técnica dos insumos;
- b. Concentração e composição exata dos princípios ativos e excipientes, conforme listagem de itens do consórcio;
- c. Forma farmacêutica (cápsulas, pomadas, géis, soluções, xaropes etc.) e unidade de medida;
- d. Declaração de que os insumos utilizados na manipulação possuem procedência de fornecedores qualificados e acompanhados dos respectivos Certificados de Análise;
- e. Descritivo da embalagem primária e secundária (frascos, bisnagas, envelopes etc.), garantindo a proteção contra luz e umidade conforme a natureza de cada fármaco.

Condições de entrega e controle de qualidade

Logística de entrega: o prazo para o fornecimento dos itens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento. A entrega deverá observar as normas de Boas Práticas de Transporte para garantir a estabilidade das fórmulas.

Vida útil (validade): considerando a natureza personalizada dos medicamentos manipulados, estes deverão ser entregues com prazo de validade compatível com o período de tratamento ou conforme a estabilidade físico-química da formulação, nunca sendo inferior ao estabelecido na Farmacopeia Brasileira ou literatura técnica de referência para cada ativo.

Fiscalização e laudos: conforme a Decisão Administrativa nº 051/2026, a Administração poderá exigir, a qualquer tempo e sem ônus adicional, a apresentação de laudos ou certificados de análise das fórmulas fornecidas, visando comprovar a conformidade da composição e pureza dos itens entregues.

Ressalte-se que os demais requisitos técnicos e detalhamentos operacionais complementares serão pormenorizados no Termo de Referência, instrumento que consolidará as diretrizes definitivas para a execução do objeto e o rigor na fiscalização técnica.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição dos quantitativos para a presente aquisição compartilhada fundamenta-se no levantamento consolidado das demandas individuais dos 27 municípios consorciados e das necessidades operacionais do CONSUD, conforme detalhado no DFD nº 013/2026.

O descritivo detalhado e as quantidades totais estimadas para o período de 12 (doze) meses encontram-se dispostos no Anexo I do Termo de Referência. Visando a transparência e a organização logística da compra compartilhada, o detalhamento das cotas específicas destinadas a cada ente consorciado poderá ser consultado por meio do seguinte endereço eletrônico:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1w8O5vJTQ5MsPMAAruugtOE94bNONVbW2JsE8CsaNBbk/edit?gid=1317499553#gid=1317499553>

Ressalte-se que, para a composição deste levantamento, as quantidades foram informadas pelos próprios municípios participantes, que realizaram a aferição de suas necessidades locais e encaminharam suas respectivas solicitações ao Consórcio. Portanto, além da análise da série histórica de consumo e da sazonalidade de patologias, o quantitativo reflete diretamente o levantamento individualizado de necessidades realizado por cada secretaria municipal de saúde para o exercício de 2026, sob responsabilidade de cada ente solicitante.

Para fins de padronização e precisão técnica, as informações constantes neste planejamento e em seus anexos prevalecerão sobre eventuais divergências com descritivos genéricos do Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal. Tal medida justifica-se pela necessidade de atender às particularidades farmacotécnicas das fórmulas magistrais e às exigências específicas do CONSUD e de seus entes consorciados, assegurando que o objeto contratado corresponda rigorosamente à demanda assistencial identificada (concentrações, veículos e apresentações específicas).

A previsibilidade proporcionada por este levantamento é fundamental para a formação de preços e para a elaboração das propostas pelas licitantes, garantindo que o suprimento ocorra com a

qualidade e a pontualidade necessárias à administração pública, respeitando a natureza parcelada do fornecimento via Registro de Preços.

SÉRIE HISTÓRICA

A definição dos quantitativos foi subsidiada por uma análise técnica da série histórica de consumo, que consolida os registros de aquisições e dispensações realizados em exercícios anteriores. Esse levantamento estatístico permite identificar o comportamento da demanda regional, as oscilações sazonais e a recorrência de uso de itens específicos pela rede de saúde.

O detalhamento dos dados históricos que serviram de base para as projeções deste planejamento pode ser consultado por meio do endereço eletrônico:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1laQ7KwH4B66srypzurLOqFbaAEwU7i5WfO3XeK4c2N8/edit?gid=1317499553#gid=1317499553>

A utilização desses dados, em conjunto com as novas solicitações dos municípios, assegura que a estimativa atual esteja alinhada à realidade epidemiológica e operacional da região Sudoeste do Paraná, mitigando riscos de superestimativa ou desabastecimento.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de identificar a metodologia de contratação que assegure a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência operacional, foi realizado um estudo comparativo entre a Compra Individualizada (executada isoladamente por cada ente) e a Compra Compartilhada (centralizada pelo CONSUD).

A análise técnica considerou não apenas o custo direto dos insumos, mas também os "custos de transação" envolvidos na máquina pública.

Quadro comparativo técnico

CRITÉRIO TÉCNICO	COMPRA INDIVIDUALIZADA	COMPRA COMPARTILHADA
ECONOMIA DE ESCALA	Limitada. Baixo poder de negociação junto a grandes distribuidores e laboratórios.	Máxima. O agrupamento de volumes atrai grandes players do mercado, reduzindo o preço unitário (ganho de escala).
CUSTOS OPERACIONAIS	Elevados. Multiplicação de editais, publicações, sessões públicas e mobilização de pregoeiros em 27 prefeituras.	Otimizados. Unificação da fase preparatória e externa em um único rito processual para toda a região.
PADRONIZAÇÃO FARMACÊUTICA	Inexistente. Grande variação de descritivos e apresentações, dificultando o controle regional.	Garantida. Uniformidade nas especificações técnicas, facilitando o intercâmbio de informações e a vigilância sanitária.
ATRATIVIDADE DE MERCADO	Baixa. Itens com baixa estimativa individual podem resultar em	Alta. O vulto do objeto aumenta a competitividade, permitindo

	certames desertos ou fracassados.	melhores condições comerciais e logísticas.
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	Fragmentada e reativa.	Estratégica e proativa. Foco na gestão por resultados e centralização de inteligência de compras.

Justificativa da solução escolhida

A opção pela Compra Compartilhada, capitaneada pelo CONSUD, apresenta-se como a alternativa técnica e economicamente mais viável. Esta modelagem mitiga a vulnerabilidade de municípios de menor porte — que muitas vezes enfrentam dificuldades para atrair fornecedores qualificados — e assegura que a assistência farmacêutica regional seja pautada pela isonomia e pela segurança jurídica. A centralização administrativa permite que as Secretarias Municipais de Saúde foquem na atividade-fim (assistência ao paciente), enquanto o Consórcio absorve a complexidade do rito licitatório.

Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

Para a operacionalização desta compra compartilhada, define-se como indispensável a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), formalizado por meio de Ata de Registro de Preços, em detrimento do contrato de fornecimento imediato. Esta escolha justifica-se pelos seguintes pontos técnicos:

- Imprevisibilidade do consumo real: embora haja uma estimativa baseada em série histórica, a demanda por medicamentos é dinâmica e sujeita a fatores sazonais e epidemiológicos. O SRP permite que a Administração adquira apenas o que for efetivamente necessário, sem a obrigatoriedade de compra total do quantitativo licitado.
- Gestão de fluxo de caixa e estoque: o registro de preços desonera os municípios da necessidade de grandes aportes financeiros imediatos e de infraestruturas robustas de armazenamento para todo o volume anual, permitindo aquisições fracionadas (entregas parceladas) conforme a capacidade de estocagem e o orçamento disponível de cada ente.
- Celeridade e flexibilidade: uma vez registrada a Ata, o atendimento às necessidades das unidades de saúde torna-se imediato via pré-empenho, dispensando a abertura de novos processos licitatórios a cada reposição de estoque, o que é vital para evitar o desabastecimento de itens de saúde.

Portanto, a combinação da Compra Compartilhada com o Sistema de Registro de Preços configura-se como a ferramenta de gestão mais aderente ao interesse público, garantindo economicidade, celeridade e segurança assistencial aos 27 municípios consorciados.

7. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de investimento para a presente contratação fundamenta-se no planejamento consolidado no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do CONSUD. Ressalte-se que o valor global de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) previsto no referido plano para o item "Medicamentos" constitui uma estimativa macroestrutural, abrangendo todas as categorias de suprimentos farmacêuticos (industriais, injetáveis, materiais hospitalares, entre outros) destinados ao Consórcio e aos municípios.

Dessa forma, o valor constante no PCA é uma mera estimativa referencial e global, não representando o teto orçamentário específico para esta contratação de medicamentos manipulados. Em estrita observância ao Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, a estimativa final e definitiva deste objeto será apurada e atualizada pelo Setor de Cotações nesta fase preparatória.

Este valor específico será obtido mediante ampla pesquisa de mercado, priorizando parâmetros que reflitam os custos reais de insumos e o serviço de manipulação magistral, tais como:

- Preços praticados em contratações similares por outros entes públicos;
- Dados de bases de preços oficiais;
- Cotações diretas com farmácias de manipulação especializadas.

Os valores referenciais detalhados por item, que servirão de base para o julgamento da aceitabilidade das propostas no certame, estarão devidamente discriminados no Anexo III do Termo de Referência. Tal medida assegura que a contratação reflita as condições reais de mercado no momento da licitação, garantindo a economicidade e a saúde financeira dos entes consorciados.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução delineada para o atendimento da demanda consiste na implementação de um procedimento licitatório unificado, sob a modalidade Pregão Eletrônico, visando o Registro de Preços para a aquisição compartilhada de medicamentos manipulados destinados ao CONSUD e aos seus 27 municípios consorciados. Esta modelagem estratégica fundamenta-se na centralização da inteligência de compras pelo Consórcio, que atua como órgão gerenciador ao consolidar as necessidades individuais declaradas pelas secretarias municipais de saúde, garantindo a padronização das fórmulas magistrais e oficinais e a aplicação de critérios rigorosos de qualidade em toda a região.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento pelo menor preço por item, é o pilar central desta solução. Tal escolha confere a flexibilidade necessária à gestão da assistência farmacêutica personalizada, permitindo que as aquisições ocorram de forma escalonada e proporcional à necessidade real de cada ente, ao mesmo tempo em que amplia a competitividade entre farmácias de manipulação especializadas para cada tipo de insumo. Complementarmente, o regime de fornecimento parcelado assegura a otimização logística e a manutenção de estoques com prazos de validade adequados à natureza das preparações magistrais, mitigando riscos de desperdício.

A solução integra ainda um rigoroso mecanismo de controle, com a designação de fiscalização técnica especializada para realizar a conferência qualitativa das fórmulas no ato da entrega e a

possibilidade de exigência de laudos de análise a qualquer tempo. Os resultados pretendidos transcendem a mera obtenção de insumos, focando primordialmente na maximização da economicidade e na garantia de segurança clínica para os pacientes. Ao desonerar as equipes municipais da condução de múltiplos processos isolados, a solução promove uma gestão pública mais eficiente, assegurando que a assistência à saúde na região Sudoeste seja pautada pela equidade no acesso e pela segurança sanitária rigorosa.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A estratégia de parcelamento do objeto, mediante o julgamento por itens, é condição fundamental para garantir a viabilidade técnica e a máxima eficiência econômica da presente contratação. Esta abordagem fundamenta-se na diversidade do mercado farmacêutico, composto por laboratórios e distribuidores com diferentes especializações, o que torna o parcelamento o mecanismo mais adequado para ampliar a competitividade. Ao permitir que as empresas ofereçam itens isoladamente, o CONSUD fomenta a participação de um espectro maior de fornecedores, incluindo agentes do mercado que detêm condições comerciais mais vantajosas em nichos específicos, mas que não teriam capacidade de atender à totalidade dos itens se agrupados em lotes únicos.

Do ponto de vista administrativo e financeiro, o parcelamento por item, aliado ao Sistema de Registro de Preços, possibilita uma gestão de estoques muito mais precisa e racional. A solução permite que cada município consorciado planeje suas aquisições conforme o comportamento real da demanda local, evitando a imobilização desnecessária de recursos públicos e o risco de perdas por validade decorrentes de superdimensionamento de estoques iniciais. Essa flexibilidade é vital na área da saúde, onde a necessidade de fármacos é influenciada por variáveis epidemiológicas e sazonais imprevisíveis, exigindo que o suprimento seja realizado de forma gradual e oportuna.

Além disso, a opção pelo parcelamento cumpre o dever constitucional de buscar a proposta mais vantajosa. Em suma, o parcelamento não se limita a uma escolha operacional, mas configura-se como uma decisão estratégica que assegura a economicidade do certame, a agilidade no abastecimento e a manutenção do equilíbrio orçamentário dos entes consorciados, garantindo o atendimento pleno às demandas da rede pública de saúde.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução da presente contratação visa, primordialmente, consolidar a estabilidade e a continuidade da assistência farmacêutica personalizada em toda a região Sudoeste do Paraná, assegurando que os pacientes que dependem de fórmulas magistrais e oficinais tenham acesso ininterrupto a tratamentos com dosagens e apresentações específicas. Espera-se que a regularização e o suprimento desses itens permitam um atendimento ágil e eficaz às demandas locais, mitigando vulnerabilidades assistenciais para patologias que não dispõem de alternativas na indústria convencional.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM TOMADAS

A viabilização da presente aquisição compartilhada pressupõe o cumprimento de etapas preparatórias essenciais, voltadas à mitigação de riscos e à garantia da integridade do processo

licitatório. Inicialmente, procedeu-se ao levantamento minucioso das demandas junto aos 27 municípios consorciados via DFD nº 013/2026, considerando as particularidades da assistência farmacêutica personalizada. Este diagnóstico serviu de base para a definição das especificações técnicas das fórmulas magistrais, assegurando a estrita observância às normas da ANVISA, em especial à RDC nº 67/2007.

Paralelamente, a equipe técnica conduzirá uma pesquisa de mercado ampla e fundamentada, com o intuito de consolidar o preço estimado e identificar a capacidade de atendimento das farmácias de manipulação da região. Essa etapa é crucial para a estruturação definitiva do certame sob o critério de julgamento por item, validando o modelo de Registro de Preços para garantir que a complexidade de cada fórmula seja adequadamente precificada, maximizando a competitividade e a atratividade do Pregão Eletrônico.

No campo administrativo, as providências abrangem a designação formal da equipe de fiscalização, conforme a Decisão Administrativa nº 113/2026, que estabeleceu a substituição na função de Fiscal Técnica para assegurar maior rigor na conferência qualitativa das fórmulas entregues. No campo jurídico, os esforços focam na análise da conformidade do edital e da minuta da Ata de Registro de Preços aos ditames da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a Administração assegurará que os agentes públicos envolvidos, especialmente a fiscalização técnica, tenham acesso às ferramentas necessárias para exigir e conferir os laudos e certificados de análise dos produtos, garantindo o rigoroso acompanhamento da execução contratual, a transparência e a segurança sanitária em todas as fases do ciclo de contratação.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação pauta-se pela observância de critérios de sustentabilidade que transcendem a mera conformidade técnica, visando a mitigação de impactos ambientais e o fomento à responsabilidade socioambiental em todo o ciclo de vida do objeto. Sob esta ótica, o processo de aquisição compartilhada de medicamentos manipulados prioriza soluções que aliem a eficácia terapêutica à preservação dos recursos naturais, incentivando a utilização de embalagens e recipientes que favoreçam a reciclagem, bem como o uso de insumos e veículos (bases e excipientes) com menor impacto ambiental.

No que tange aos processos de manipulação e logística, a Administração busca valorizar empresas que adotem práticas sustentáveis consolidadas, como a gestão eficiente e o descarte adequado de resíduos químicos e efluentes farmacêuticos, em estrita observância às normas sanitárias e ambientais vigentes. As contratadas deverão buscar a otimização do uso de materiais, evitando embalagens secundárias desnecessárias e priorizando o agrupamento de entregas para a redução da pegada de carbono no transporte entre os 27 municípios consorciados.

Além da dimensão ambiental, os critérios de sustentabilidade abrangem a responsabilidade social e a eficiência administrativa. O modelo de Registro de Preços adotado nesta licitação é, por si só, uma ferramenta de sustentabilidade, pois permite um planejamento de demanda preciso que evita a imobilização desnecessária de capital e, principalmente, o desperdício de fórmulas magistrais decorrente de prazos de validade expirados.

Dessa forma, a atuação do CONSUD alinha-se às diretrizes contemporâneas de governança, assegurando que a política pública de saúde contribua efetivamente para a proteção ambiental e a máxima utilidade do gasto público, garantindo o bem-estar social das gerações futuras por meio de uma gestão de suprimentos ética e ecologicamente responsável.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que apresentem nexo causal direto com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar. A presente aquisição de medicamentos manipulados possui autonomia técnica e operacional, não restando condicionada à conclusão ou execução de outros processos licitatórios ou contratos vigentes no âmbito do CONSUD. Ressalte-se que a solução ora proposta foi planejada para garantir o suprimento imediato e regular das demandas assistenciais, independentemente de fatores externos correlatos, assegurando a plena exequibilidade do objeto.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todos os elementos técnicos, econômicos e operacionais analisados ao longo deste documento, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela total viabilidade e oportunidade da contratação. A solução escolhida — aquisição compartilhada de medicamentos manipulados via Registro de Preços, com julgamento por menor preço por item — apresenta-se como o modelo mais vantajoso para a Administração Pública, pois harmoniza a necessidade de assistência farmacêutica personalizada com os princípios da economicidade, eficiência e transparência.

A estratégia adotada pelo CONSUD, reforçada pela atualização da equipe de fiscalização técnica especializada conforme a Decisão Administrativa nº 113/2026 e pelas exigências de conformidade com a RDC nº 67/2007, demonstra-se plenamente apta a mitigar riscos sanitários e a garantir a segurança clínica dos pacientes dos 27 municípios consorciados. A modelagem permite que o Consórcio selecione as melhores propostas para cada item, respeitando as particularidades de cada fórmula magistral.

Portanto, com base nas análises aqui consolidadas e na devida formalização da demanda via DFD nº 013/2026, recomenda-se o prosseguimento do processo para a fase de elaboração do Termo de Referência e subsequente publicação do edital, estando o planejamento em estrita conformidade com os objetivos institucionais, com o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) e com as normas legais vigentes (Lei nº 14.133/2021).

Francisco Beltrão, 13 de maio de 2026.

PATRICIA DOS SANTOS:04198656916
8656916

PATRICIA DOS SANTOS
Encarregada de Planejamento

Aprovado em 13 de maio de 2026, por Aline JaquCELLI Nardi, Coordenadora Técnica.

**ALINE
JAQUECELLI
NARDI:06628
440923**
ALINE JAQUECELLI NARDI
Coordenadora Técnica

Assinado digitalmente por ALINE
JAQUECELLI NARDI:06628440923
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC Instituto
Fenacon RFB, OU=(EM BRANCO), OU=RFB
e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, OU=VideoConferencia, OU=
81047508000147, CN=ALINE JAQUECELLI
NARDI:06628440923
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.13 11:26:21-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

MAPA DE RISCOS

O Gerenciamento de Riscos nas contratações públicas não é apenas uma formalidade, mas um pilar de governança estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 (Art. 18, X). O Mapa de Riscos atua como uma ferramenta preventiva que identifica ameaças à eficiência do processo antes que elas se tornem problemas jurídicos ou interrupções no serviço de saúde.

Objeto: Aquisição compartilhada de medicamentos manipulados para o CONSUD e entes consorciados.

FASE	RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	PLANO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Planejamento	Subdimensionamento de quantitativos: erro na projeção da demanda municipal.	Média	Alto	Validação das quantidades pelos próprios municípios e análise da série histórica.	Ajuste via Termo Aditivo ou remanejamento de cotas entre municípios.	Gestor de Contratos / Setor de Compras
Planejamento	Descritivo técnico genérico: inclusão de itens que não atendem à necessidade clínica.	Baixa	Médio	Utilização da Denominação Comum Brasileira (DCB) e revisão técnica farmacêutica.	Publicação de errata ou esclarecimentos técnicos no edital.	Setor Requisitante / Farmacêutico
Licitação	Inexequibilidade da proposta: lances com valores abaixo do custo de mercado farmacêutico.	Média	Alto	Análise rigorosa das propostas frente à pesquisa de mercado e bancos de preços oficiais.	Desclassificação e convocação do licitante subsequente.	Agente de Contratação / Cotação
Licitação	Licitação deserta ou fracassada: falta de interessados em itens específicos ou de baixo valor.	Baixa	Alto	Parcelamento por item para atrair diferentes distribuidores e ampla divulgação.	Reavaliação das especificações/valores e republicação do certame.	Agente de Contratação



CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

Mapa de Riscos
Medicamentos Manipulados | 2026

Fiscalização	Desabastecimento (Ruptura de estoque): fornecedor não entrega o item no prazo.	Alta	Alto	Monitoramento rigoroso dos pré-empenhos e exigência de justificativa imediata.	Notificação para entrega imediata sob pena de multa e compra direta emergencial.	Fiscal Administrativo / Gestor
Fiscalização	Inconformidade Sanitária: produtos sem registro ANVISA ou transporte inadequado.	Baixa	Alto	Exigência de CRP, AFE e controle de temperatura no edital.	Apreensão do lote, notificação à Vigilância Sanitária e rescisão contratual.	Fiscal Técnico
Fiscalização	Inadimplência Fiscal: perda da regularidade documental da empresa durante a Ata.	Média	Médio	Verificação mensal da regularidade (SICAF/Certidões) antes do pagamento.	Suspensão de novos pedidos até a regularização da documentação.	Fiscal Administrativo

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

PATRICIA DOS
SANTOS:0419
8656916

PATRICIA DOS SANTOS
Encarregada de Planejamento

Assinado digitalmente por PATRICIA DOS SANTOS:04198656916
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC Instituto Ferreira
REB, OU=SEM BRANCO, OU=REB e CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=VideoConferencia, OU=41047558000147, CN=PATRICIA DOS SANTOS:04198656916
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.14 08:28:09-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo a seleção das propostas mais vantajosas para a aquisição compartilhada de medicamentos manipulados (fórmulas magistrais e oficinais), por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério de julgamento pelo menor preço por item, visando o registro de preços para o atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD) e de seus 27 (vinte e sete) municípios consorciados. A contratação será realizada de forma parcelada, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e às demais normativas vigentes, assegurando a continuidade da assistência farmacêutica personalizada na região.

1.2 O descritivo detalhado, as especificações técnicas (concentrações, veículos e princípios ativos) e as quantidades totais estimadas para o período de 12 (doze) meses encontram-se discriminados no Anexo I deste Termo de Referência. Complementarmente, o Anexo II apresenta os Termos de Adesão dos municípios participantes, nos quais consta o endereço eletrônico que permite o acesso à planilha detalhada com a distribuição dos quantitativos individualizados por ente consorciado.

1.2.1 Na ocorrência de eventuais divergências entre o descritivo do objeto constante no Catálogo de Materiais (CATMAT) do Governo Federal e as especificações apresentadas neste Termo de Referência, prevalecerão as informações fornecidas neste documento. Tal prevalência justifica-se pela necessidade de atender às particularidades farmacotécnicas e rigor sanitário exigidos para a manipulação das fórmulas, garantindo que o objeto entregue corresponda rigorosamente à prescrição clínica e à demanda assistencial identificada.

1.3 Os itens objeto deste Termo de Referência são classificados como bens comuns, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e normas da Farmacopeia Brasileira, permitindo a seleção da proposta de menor preço.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fase preparatória deste processo de contratação é integralmente subsidiada pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento este elaborado em estrita conformidade com o disposto no Art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas correlatas, o qual demonstrou a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida.

2.2 A necessidade da contratação foi devidamente formalizada pelo Setor de Compras por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 013/2026 e autorizada pela Decisão Administrativa nº 051/2026, visando suprir a rede de atenção primária e os serviços de média complexidade com fórmulas magistrais personalizadas.

2.3 A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA 2026) do CONSUD, atendendo ao disposto no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que o objeto esteja em harmonia com o planejamento estratégico e a previsibilidade

orçamentária da instituição, observando-se que os valores ali constantes são estimativas globais a serem refinadas pela cotação de mercado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no item 8, documento que fundamenta o presente Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1 Os critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, social e econômica aplicáveis a esta contratação encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no item 12, em estrita observância ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.2 SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste Termo de Referência.

4.2.2 Será admitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de transporte, logística e descarregamento dos medicamentos, devendo a entrega ser realizada obrigatoriamente na sede do CONSUD, em Francisco Beltrão.

4.2.3 Na hipótese de subcontratação prevista no item anterior, a detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total e exclusiva responsabilidade, civil e administrativa, por todos os atos, omissões ou eventuais danos causados pela subcontratada ou seus prepostos durante o trajeto e a descarga dos itens.

4.2.4 A existência de contrato de subcontratação não exime a fornecedora principal do cumprimento rigoroso das obrigações relativas aos prazos de entrega, condições de armazenamento e integridade farmacêutica dos produtos, permanecendo esta como a única responsável perante o CONSUD por qualquer desconformidade verificada no ato do recebimento.

4.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 Os produtos ofertados deverão estar em estrita conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente a RDC nº 67/2007, que dispõe sobre as Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais.

4.3.1.1. Em consonância com a definição do objeto, todos os itens ofertados deverão ser de natureza manipulada/farmacêutica magistral, sendo causa de desclassificação a oferta de produtos industriais que não atendam às especificações de fórmulas personalizadas descritas no Anexo I.

4.3.2 A licitante deverá encaminhar, no momento da sessão pública, a documentação comprobatória da regularidade sanitária do estabelecimento e de sua aptidão para manipulação, mediante a apresentação de:

- a. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, com atividade específica para manipular fórmulas;
- b. Autorização Especial (AE) expedida pela ANVISA, caso a licitante realize cotação de itens que contenham substâncias sujeitas ao controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998);
- c. Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante, contemplando a atividade de manipulação;
- d. Certificado de Regularidade Técnica (CRT) válido, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) competente, comprovando a assistência de profissional farmacêutico responsável.

4.3.2.1 Para os itens que exijam controle de pureza ou concentrações específicas de extratos secos (conforme Lista Geral), a Administração poderá exigir a apresentação de Certificados de Análise dos insumos utilizados, visando garantir a segurança terapêutica e o cumprimento das normas regulatórias.

4.3.3 A ausência da comprovação de regularidade sanitária da farmácia ou do profissional responsável acarretará a desclassificação dos itens correspondentes.

4.3.4 Atestado de Capacidade Técnica

4.3.4.1 A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para a manipulação e fornecimento de fórmulas magistrais e oficinais em características e complexidade semelhantes às do objeto desta licitação.

4.3.4.2 Em observância ao Art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, o atestado deverá comprovar que a licitante executou fornecimento por período não inferior a 12 (doze) meses, de modo a demonstrar a consistência e a capacidade operacional para atender a demandas regulares e parceladas.

4.3.4.3 Justificativa para a exigência de capacidade técnica

4.3.4.3.1 A exigência de experiência mínima de 12 (doze) meses fundamenta-se na necessidade da Administração em verificar a aptidão da farmácia de manipulação em manter o fluxo de produção e fornecimento parcelado, mitigando riscos de rupturas de estoque que comprometeriam a assistência farmacêutica personalizada dos 27 municípios consorciados.

4.3.4.3.2 O detalhamento das informações nos atestados visa conferir segurança jurídica e clínica ao julgamento, assegurando que o fornecedor selecionado detém o laboratório, a infraestrutura e a expertise farmacotécnica necessárias para o cumprimento das obrigações, especialmente considerando a natureza artesanal e rigorosa da manipulação de medicamentos.

4.4 AMOSTRAS E ANÁLISE TÉCNICA

4.4.1 Considerando a natureza personalizada das fórmulas magistrais e o fato de que os componentes são padronizados conforme a Farmacopeia Brasileira, não será exigida a apresentação prévia de amostras durante a fase de julgamento das propostas. A conformidade técnica será aferida inicialmente por meio da documentação sanitária e do descritivo detalhado da proposta.

4.4.2 No entanto, a Administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo ou para dirimir dúvidas sobre a viabilidade farmacotécnica do produto ofertado, solicitar à licitante melhor classificada ou à contratada o envio de amostras físicas (fórmulas teste) e/ou laudos de análise dos insumos, observando as seguintes disposições:

- a. Na hipótese de solicitação de amostras, a Administração estabelecerá um prazo de até 7 (sete) dias úteis para o envio, considerando a natureza sob encomenda da manipulação e o tempo necessário para a adequada produção e estabilização das fórmulas.
- b. As amostras fornecidas serão submetidas à avaliação da Fiscal Técnica Naira Milena Sabbi, designada pela Decisão Administrativa nº 113/2026, para verificação da estrita conformidade com as especificações do Anexo I (características organolépticas, volume/quantidade e rotulagem), não sendo estas contabilizadas como parte integrante do quantitativo contratado.
- c. O envio das amostras e dos respectivos Certificados de Análise dos Insumos (comprovando a pureza e concentração dos ativos) deverá ser realizado sem ônus adicional para o CONSUD, cabendo à licitante arcar com todos os custos logísticos e laboratoriais relacionados.
- d. As amostras serão avaliadas conforme critérios objetivos que incluirão a análise da integridade da embalagem primária, rotulagem (contendo obrigatoriamente nome do farmacêutico responsável, número do lote interno e data de manipulação) e apresentação farmacêutica, conforme a RDC nº 67/2007.
- e. O descumprimento do prazo, a apresentação de amostra em desacordo com a técnica magistral exigida ou a ausência de laudos de procedência dos insumos poderá acarretar a desclassificação do item ou a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

4.5 OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

4.5.1 A DETENTORA DA ATA deverá cumprir integralmente as obrigações decorrentes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, bem como as previstas no edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas relacionadas à execução adequada e perfeita do objeto contratado.

4.5.2 Executar a manipulação e a entrega do objeto de acordo com as condições, prazos, local e especificações constantes neste Termo de Referência, garantindo a estrita observância à RDC nº 67/2007 da ANVISA.

4.5.3 Atender a todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, respeitando a natureza de fornecimento parcelado e as demandas individualizadas dos municípios consorciados.

4.5.4 Manter um canal de comunicação eficiente com o CONTRATANTE, respondendo prontamente a esclarecimentos técnicos ou ajustes farmacotécnicos necessários.

4.5.5 Preservar, durante toda a vigência da Ata, todas as condições de habilitação exigidas, incluindo a regularidade do Alvará Sanitário e do Certificado de Regularidade Técnica (CRT).

4.5.6 Responsabilizar-se pela qualidade, pureza e procedência dos insumos utilizados, bem como pela integridade das embalagens (frascos, bisnagas, envelopes, etc.) até a entrega definitiva, garantindo o transporte adequado para preservar a estabilidade das fórmulas.

4.5.7 Entregar os medicamentos manipulados com prazo de validade compatível com o período de tratamento prescrito, observando-se que, devido à natureza magistral, a validade deve ser a máxima permitida pela farmacopeia ou literatura técnica para cada formulação, nunca inferior ao necessário para o consumo total da quantidade solicitada.

4.5.8 Assumir integralmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros relacionados à sua condição de empregadora.

4.5.9 Entregar todos os medicamentos com rótulos em português, contendo obrigatoriamente: nome do paciente (quando indicado na ordem de serviço), composição qualitativa e quantitativa, posologia (se solicitada), data de manipulação, prazo de validade, número do lote interno e identificação do farmacêutico responsável com o respectivo CRF.

4.5.10 Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para entrega, eventuais motivos de força maior ou falta de insumo específico no mercado que impossibilitem o cumprimento do prazo, mediante comprovação.

4.5.11 Garantir que todos os produtos apresentem características organolépticas (aparência, odor e textura) apropriadas à forma farmacêutica solicitada.

4.5.12 Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, prestando esclarecimentos e apresentando laudos de análise dos insumos sempre que solicitado.

4.5.13 Responsabilizar-se por eventuais erros na manipulação ou na emissão de documentos fiscais, arcando com os custos de retificação ou substituição imediata do item.

4.5.14 Abster-se de fornecer itens em desacordo com as especificações técnicas da lista do CONSUD, sob pena de não recebimento e aplicação de sanções.

4.5.15 Responder por vícios, danos ou reações adversas decorrentes de falhas na manipulação, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

4.5.16 Manter incluídos no valor proposto todos os custos e despesas, incluindo o serviço de manipulação, insumos, embalagens, tributos e frete.

4.5.17 Manter a regularidade fiscal, trabalhista e tributária durante toda a execução da Ata.

4.5.18 Responsabilizar-se integralmente pelo transporte e descarregamento dos materiais na sede do CONSUD, sem ônus adicional.

4.5.18.1 Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, todos os produtos que no ato da entrega apresentarem sinais de oxidação, precipitação, embalagens violadas ou rotulagem em desacordo com as normas sanitárias.

4.5.19 Apresentar, sempre que solicitado, a comprovação de que os insumos utilizados na manipulação foram adquiridos de fornecedores qualificados.

4.5.20 Emitir nota fiscal em conformidade com os requisitos legais e as instruções de faturamento estabelecidas pelo CONSUD.

4.5.21 Não transferir a terceiros a responsabilidade pela manipulação das fórmulas, sendo esta de execução privativa da Detentora da Ata devidamente habilitada.

4.5.22 Informar à CONTRATANTE quaisquer alterações de contato de forma imediata.

4.5.23 Comunicar alterações na estrutura societária ou no quadro de farmacêuticos responsáveis no prazo de até 3 (três) dias úteis.

4.5.24 Utilizar exclusivamente os canais oficiais de comunicação do CONSUD (compras@consud.org e protocolo@consud.org) para o envio formal de documentos.

4.6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.6.1 Comunicar à DETENTORA DA ATA, formalmente e por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na manipulação ou na entrega das fórmulas, estabelecendo prazo razoável para que sejam corrigidas de forma satisfatória.

4.6.2 Fornecer à DETENTORA DA ATA, por meio do Setor de Compras, as informações, as ordens de serviço e os esclarecimentos necessários (incluindo detalhamento de fórmulas e dosagens) para a perfeita execução do objeto.

4.6.3 Garantir o cumprimento das condições de pagamento à DETENTORA DA ATA, observando rigorosamente os prazos, critérios e demais condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

4.6.4 Aplicar as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no edital, em caso de inadimplemento, erro de manipulação ou descumprimento de prazos por parte da DETENTORA DA ATA.

4.6.4.1 Antes da aplicação de quaisquer sanções, notificar formalmente a DETENTORA DA ATA, em estrita conformidade com a Resolução nº 93/2016 do CONSUD, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

4.6.5 Realizar, por intermédio dos fiscais de contrato, a conferência minuciosa da conformidade dos medicamentos manipulados recebidos provisoriamente, verificando aspectos organolépticos, rotulagem e integridade das fórmulas para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo.

4.6.6 Utilizar obrigatoriamente os canais de comunicação oficiais do CONSUD (*compras@consud.org* e *protocolo@consud.org*) para o envio de ordens de fornecimento, documentos ou comunicações formais, destinados à DETENTORA DA ATA.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 CONTRATAÇÃO

5.1.1 Após a homologação do resultado final do certame, a licitante vencedora deverá realizar o cadastro de seu representante junto ao Setor de Compras do CONSUD, pelo e-mail *compras@consud.org*, no prazo de 3 (três) dias úteis.

5.1.2 Após a homologação da licitação, será formalizada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP), que funcionará como o documento vinculativo de fornecimento, contendo os valores, condições e demais especificações acordadas, estabelecendo o compromisso formal da licitante vencedora em cumprir os termos definidos.

5.1.3 O Setor de Contratação do CONSUD entrará em contato com a licitante vencedora, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, enviando a ARP pelo canal oficial de comunicação do setor para assinatura.

5.1.3.1 A licitante vencedora deverá dispor de Certificação Digital válida da empresa para efetuar a assinatura da ARP.

5.1.3.2 A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ARP, para realizar a ASSINATURA DIGITAL e devolver o documento pelo mesmo canal de comunicação utilizado para o envio inicial.

5.1.3.3 A exigência de assinatura digital na Ata de Registro de Preços está fundamentada no artigo 5º, inciso I, do Decreto nº 10.278/2020.

5.1.4 Após a assinatura da ARP, a licitante vencedora passará a ser denominada formalmente como DETENTORA DA ATA, sendo responsável por cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

5.1.5 Caso a licitante vencedora se recuse a assinar a ARP ou apresente situação irregular no momento da convocação, será chamada a próxima licitante classificada, seguindo a ordem de classificação, para a assinatura. Esse procedimento será realizado sucessivamente, sem prejuízo

da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto no Art. 142, § 2º, da Resolução nº 24/2023 do CONSUD.

5.2 VIGÊNCIA

5.2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

5.2.2 Em conformidade com o disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja manifestação de interesse da Administração e seja comprovada a manutenção da vantagem econômica dos preços registrados.

5.2.3 Conforme previsto no Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021, antes de formalizar a Ata ou proceder a qualquer prorrogação, o CONSUD deverá realizar as seguintes consultas para assegurar a idoneidade e regularidade da detentora:

- Verificar a regularidade fiscal e tributária da contratada;
- Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- Emitir certidão negativa de inidoneidade;
- Emitir certidão negativa de impedimento;
- Emitir certidão negativa de débitos trabalhistas.

5.2.4 Toda a documentação comprobatória das consultas mencionadas no subitem anterior deverá ser obrigatoriamente anexada ao respectivo processo administrativo de contratação.

5.3 SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS

5.3.1 A solicitação de fornecimento dos produtos será formalizada exclusivamente pelo CONSUD por meio da emissão da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra, que funcionará como a autorização oficial de fornecimento.

5.3.2 A referida nota será encaminhada apenas pelos canais de comunicação oficiais da instituição, garantindo a autenticidade e a segurança do processo, devendo a DETENTORA DA ATA processar apenas os pedidos que forem formalizados por este meio.

5.3.3 O CONSUD não está vinculado ao atendimento de eventuais exigências de faturamento mínimo ou lotes mínimos estipulados pela DETENTORA DA ATA para a realização dos pedidos.

5.3.4 A empresa deverá atender integralmente às solicitações realizadas, independentemente do valor ou volume solicitado, observando rigorosamente os critérios quantitativos e as especificações técnicas estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

5.3.5 A DETENTORA DA ATA deverá confirmar o recebimento das solicitações formalizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, através do mesmo canal oficial de comunicação utilizado para o envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

5.3.6 Caso seja verificada qualquer irregularidade, erro ou necessidade de ajuste na solicitação enviada, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar imediatamente à Administração, de forma clara e fundamentada, para que sejam adotadas as medidas saneadoras cabíveis.

5.4 CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.4.1 A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, conforme a necessidade do CONSUD, em estrita concordância com o Art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.2 O fornecimento dos produtos não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, sob nenhuma circunstância.

5.4.3 O prazo de entrega dos itens é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento do pré-empenho, devendo o fornecimento ocorrer em remessa única para cada autorização expedida, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.4.4 Caso não seja efetivada a entrega total do pedido no prazo estabelecido, ou esta ocorra de forma parcial, a DETENTORA DA ATA será notificada para se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.4.1 A ausência de manifestação ou o indeferimento da justificativa apresentada acarretará a abertura imediata de processo administrativo para apuração e eventual aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação vigente.

5.4.5 O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal da DETENTORA DA ATA, desde que protocolada dentro do prazo inicial de 20 (vinte) dias corridos e devidamente instruída com documentos comprobatórios que justifiquem a excepcionalidade, ficando a aceitação a critério exclusivo da Administração.

5.4.5.1 A justificativa deverá ser protocolada oficialmente por meio de ofício enviado aos e-mails institucionais protocolo@consud.org e compras@consud.org, com a devida comunicação complementar via WhatsApp Institucional do setor competente.

5.5 ENDEREÇO E HORÁRIOS DE ENTREGA

5.5.1 A mercadoria deverá ser entregue na Rodovia Contorno Vitório Traiano, nº 501, Bairro Água Branca, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85601-838.

5.5.2 Os horários de recebimento de materiais são das 8h às 11h30 e das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira.

5.5.3 O responsável pelo Setor de Compras do CONSUD poderá indicar outro local para a entrega durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que a comunicação seja realizada formalmente e em tempo hábil através dos canais oficiais da Instituição.

5.5.4 O recebimento dos itens na sede do Consórcio dar-se-á mediante agendamento prévio, via telefone, WhatsApp ou e-mail institucional, cujos contatos serão fornecidos por ocasião do envio da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

5.6 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

5.6.1 Fica proibida a subcontratação da manipulação das fórmulas registradas, devendo o objeto ser executado diretamente pela Detentora da Ata em seu laboratório habilitado, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente formalizado e aceito pela Administração do CONSUD.

5.6.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações farmacotécnicas, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, sem ônus para o Consórcio, dada a natureza essencial e o prazo de validade diferenciado dos manipulados.

5.6.3 Os medicamentos deverão possuir prazo de validade compatível com o tempo de tratamento prescrito, garantindo-se que, no ato da entrega, o produto permita o consumo integral dentro do período de vigência da fórmula.

5.6.4 No ato da entrega, os produtos serão recebidos PROVISORIAMENTE para posterior verificação de conformidade técnica pela Fiscal Técnica Naira Milena Sabbi.

5.6.4.1 No momento da apresentação dos produtos, será realizada a conferência da quantidade de unidades e a assinatura do comprovante de entrega provisória.

5.6.4.2 A assinatura no romaneio não implica o recebimento definitivo e nem atesta a conformidade da manipulação com a prescrição ou com os padrões da RDC 67/2007.

5.6.5 Os produtos serão recebidos DEFINITIVAMENTE em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante a verificação do cumprimento dos seguintes requisitos:

5.6.5.1 A quantidade, a fórmula e a dosagem dos produtos devem estar em estrita conformidade com o solicitado na Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra.

5.6.5.2 Os rótulos devem estar íntegros, contendo obrigatoriamente: identificação da farmácia, nome do farmacêutico responsável, número do lote interno, data de manipulação e data de validade.

5.6.5.3 As embalagens primárias devem estar invioladas e serem adequadas à proteção da fórmula (frascos âmbar para fotossensíveis, bisnagas para géis, etc.).

5.6.5.4 Sempre que solicitado, deverão ser apresentados os Certificados de Análise dos Insumos utilizados na manipulação do lote entregue.

5.6.5.5 As condições de transporte devem observar as Boas Práticas de Manipulação e Distribuição, garantindo a integridade física e a estabilidade química das preparações magistrais.

5.6.5.6 Para fórmulas que exijam conservação em temperatura controlada (geladeira), o transporte deve ser realizado em embalagem térmica que garanta a manutenção da temperatura adequada até o momento da entrega.

5.6.6 Confirmada a conformidade técnica pela fiscalização, a Nota Fiscal será atestada para fins de processamento do pagamento.

5.6.7 Caso os materiais sejam devolvidos por desacordo técnico (como oxidação, separação de fases ou erro de dosagem), todas as despesas de logística e nova manipulação serão de responsabilidade exclusiva da detentora da Ata.

5.6.8 Não será permitida a entrega de produtos sem a apresentação da respectiva Nota de Pré-Empenho e dos documentos fiscais pertinentes.

5.7 ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.7.1 IDENTIFICAÇÃO DA FÓRMULA

5.7.1.1 Os medicamentos manipulados somente serão aceitos se estiverem identificados de acordo com a nomenclatura da farmacopeia ou a descrição constante na Lista Geral do Anexo I, acompanhados obrigatoriamente do nome do paciente (quando houver indicação na ordem de serviço) para garantir a personalização do tratamento.

5.7.2 REGULARIDADE SANITÁRIA DA FARMÁCIA

5.7.2.1 Não serão aceitos produtos de farmácias que não possuam Alvará Sanitário e AFE (Autorização de Funcionamento) vigentes e específicos para a atividade de manipulação.

5.7.2.2 O fornecedor deverá manter todas as licenças devidamente atualizadas durante toda a execução contratual, sob pena de suspensão dos recebimentos.

5.7.3 EMBALAGEM E ROTULAGEM MAGISTRAL

5.7.3.1 Não serão aceitos medicamentos cujas embalagens (frascos, bisnagas ou envelopes) apresentem sinais de violação, vazamentos, oxidação ou qualquer inadequação técnica que comprometa a estabilidade da fórmula.

5.7.3.2 Os rótulos devem estar fixados de forma íntegra e conter, de forma visível e indelével, as informações exigidas pela RDC nº 67/2007:

- Data da manipulação e prazo de validade;
- Composição qualitativa e quantitativa dos ativos;
- Identificação da farmácia com CNPJ e endereço;

- Nome do Farmacêutico Responsável com o respectivo CRF.

5.7.3.3 As embalagens devem apresentar, de maneira nítida, os dizeres: "USO RESTRITO AO CONSUD - PROIBIDA A VENDA AO COMÉRCIO".

5.7.3.4 As embalagens devem indicar claramente as condições de armazenamento, como "Manter em geladeira", "Agite antes de usar" ou "Proteger da luz", conforme a natureza da preparação.

5.7.3.5 Fórmulas Fotossensíveis: Devem ser obrigatoriamente acondicionadas em embalagens opacas ou âmbar que garantam a proteção dos ativos contra a luz.

5.7.3.6 Produtos em Bisnagas ou Frascos: Devem apresentar lacre de segurança.

5.7.3.7 Fórmulas com Extratos Padronizados: Sempre que solicitado pela Fiscal Técnica, o lote somente será aceito definitivamente mediante a apresentação do Certificado de Análise do insumo, comprovando o teor de ativos (ex.: porcentagem de harpagosídeos na Garra do Diabo).

5.7.3.8 O descumprimento de qualquer requisito de rotulagem ou a ausência de informações técnicas essenciais implicará na rejeição imediata do item e na obrigação de nova manipulação sem custos adicionais ao CONSUD.

5.8 RESPONSÁVEL TÉCNICO

5.8.1 Os rótulos dos medicamentos manipulados devem conter, de forma clara, visível e indelével, o nome do Farmacêutico Responsável Técnico pela manipulação da fórmula.

5.8.2 Deve constar obrigatoriamente o número do registro profissional no Conselho Regional de Farmácia (CRF) e a respectiva Unidade da Federação (UF) na qual o profissional está inscrito, em conformidade com as normas do Conselho Federal de Farmácia e a RDC nº 67/2007.

5.8.3 O registro do farmacêutico responsável deve estar devidamente vinculado ao Conselho Regional de Farmácia da unidade federativa onde o laboratório de manipulação da Detentora da Ata está localizado, assegurando a plena responsabilidade técnica sobre o processo de pesagem, mistura, envase e controle de qualidade das preparações.

5.8.4 A Detentora da Ata deverá comunicar formalmente ao CONSUD qualquer alteração no quadro de farmacêuticos responsáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apresentando o novo Certificado de Regularidade Técnica (CRT) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a alteração.

5.9 VALIDADE

5.9.1 As embalagens dos medicamentos manipulados devem, obrigatoriamente, apresentar a data de validade de forma clara e visível, indicando o período durante o qual a fórmula mantém sua estabilidade, integridade e eficácia terapêutica, em estrita observância à RDC nº 67/2007.

5.9.2 No ato da entrega, o prazo de validade das fórmulas deve ser compatível com o período necessário para o consumo total da quantidade prescrita, garantindo que o paciente consiga finalizar o tratamento dentro do prazo de segurança farmacológica.

5.9.3 Considerando a natureza personalizada e o prazo de validade reduzido das preparações magistrais em comparação aos medicamentos industrializados, a Administração poderá aceitar itens com validades curtas, desde que a fiscalização técnica ateste que o prazo é suficiente para a dispensação e uso imediato pelos municípios.

5.9.4 Caso seja constatada a entrega de fórmulas com validade inferior ao tempo de tratamento previsto na ordem de serviço, a DETENTORA DA ATA deverá obrigatoriamente realizar a substituição imediata ou apresentar uma Carta de Compromisso de Troca, conforme o interesse da Administração para evitar o desabastecimento.

5.9.4.1 A referida Carta de Compromisso de Troca obriga a detentora a substituir, integralmente e sem ônus para o Consórcio, os itens que não forem utilizados antes do vencimento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

5.9.5 Quando houver a necessidade de substituição de produtos por falhas na validade ou na estabilidade (como oxidação precoce), os prazos de pagamento serão suspensos até a regularização total do fornecimento.

5.9.6 O descumprimento dos critérios de validade ou a recusa na substituição pactuada caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a farmácia à aplicação de multa sobre o valor total dos itens em desacordo e demais sanções administrativas previstas na Resolução nº 93/2016 do CONSUD.

5.10 TRANSPORTE

5.10.1 O acondicionamento e o transporte dos medicamentos manipulados devem atender rigorosamente às normas sanitárias vigentes, garantindo proteção contra sujidade, umidade e variações de temperatura que possam comprometer a estabilidade das fórmulas, em estrita observância à RDC nº 67/2007.

5.10.2 No caso de produtos que exijam conservação especial (termolábeis), as embalagens térmicas e os sistemas de isolamento utilizados devem ser apropriados para assegurar a integridade térmica e a estabilidade farmacológica do produto durante todo o trajeto até a sede do CONSUD.

5.10.2.1 Para o transporte de produtos termolábeis, a detentora da Ata deverá garantir que a cadeia de frio seja mantida, podendo a fiscalização exigir a comprovação da temperatura no ato do recebimento por meio de dispositivos de monitoramento.

5.10.3 O transporte deve seguir critérios técnicos que garantam a preservação da identidade, qualidade e integridade físico-química das preparações magistrais, evitando a exposição excessiva à luz e trepidações que possam causar a separação de fases em cremes ou suspensões.

5.10.4 No momento da entrega na sede do CONSUD, os volumes devem estar organizados e identificados por tipo de fórmula e lote interno, a fim de viabilizar a celeridade e a precisão no processo de conferência.

5.10.5 As caixas de transporte devem estar em perfeito estado de conservação e ser adequadas à natureza dos produtos (frascos de vidro, bisnagas ou plásticos), garantindo que não haja esmagamento ou rompimento de lacres.

5.10.5.1 Em caso de avaria ou dano verificado no ato da descarga, os itens deverão ser imediatamente recolhidos e substituídos pela farmácia por produtos íntegros no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer custo adicional para o Consórcio.

5.10.6 Não serão aceitos medicamentos transportados em condições precárias de higiene ou que compartilhem o espaço com substâncias tóxicas, perigosas ou qualquer material que possa causar contaminação cruzada.

5.10.7 Em caso de extravio de mercadorias, a DETENTORA DA ATA deverá providenciar a nova manipulação e reposição imediata dos itens, respeitando o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência.

5.10.8 Produtos transportados em condições incompatíveis com as recomendações farmacotécnicas (embalagens molhadas, rompidas ou fora da temperatura indicada no rótulo) não serão recebidos sob nenhuma hipótese.

5.11 ESPECIFICAÇÕES GERAIS

5.11.1 Na qualidade de responsável direta pela produção das fórmulas, a DETENTORA DA ATA deverá comunicar formalmente ao CONSUD, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer alteração relevante em seu processo produtivo, incluindo mudança de fornecedores de insumos (extratos secos, bases, veículos), alteração de local de manipulação ou atualizações em seus Procedimentos Operacionais Padrão (POP) que impactem a estabilidade das fórmulas.

5.11.1.1 A referida comunicação deve ser realizada de forma imediata, não ultrapassando o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a implementação da alteração, para que a fiscalização técnica avalie a manutenção da conformidade com o Anexo I.

5.11.2 Na hipótese de interdição do laboratório de manipulação pela Vigilância Sanitária ou descontinuidade de estoque de algum insumo essencial no mercado nacional, a detentora deverá comunicar imediatamente o CONSUD, propondo alternativa técnica equivalente em eficácia terapêutica, sem qualquer ônus financeiro adicional para a Administração.

5.11.2.1 A substituição ou alteração de fórmula mencionada no item anterior estará sujeita à análise rigorosa e homologação pela Fiscalização Técnica, devendo ser comprovada a equivalência farmacotécnica.

5.11.2.2 Caso a alteração do insumo ou da apresentação resulte em custo de mercado inferior ao registrado na Ata, o CONSUD reserva-se o direito de repactuar o valor para manter o equilíbrio econômico-financeiro, pagando sempre o menor valor verificado.

5.11.3 Se forem identificadas alterações que comprometam a estabilidade ou qualidade do produto manipulado (como precipitação, oxidação, alteração de cor ou odor) dentro de seu prazo de validade, a DETENTORA DA ATA será obrigada a realizar a substituição imediata dos itens afetados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação formal.

5.11.4 A administração do CONSUD não assumirá qualquer responsabilidade por compromissos firmados pela DETENTORA DA ATA com terceiros (fornecedores de insumos ou transportadoras), ainda que vinculados à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.

5.11.5 O CONSUD restará isento de qualquer responsabilidade civil ou administrativa por danos causados a terceiros (pacientes) em decorrência de erros de manipulação, contaminações ou atos praticados pela detentora e seus prepostos durante a execução do objeto.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1.1 A DETENTORA DA ATA declara aceitar os métodos de controle adotados pelo CONSUD, comprometendo-se a fornecer a documentação assistencial e técnica necessária ao acompanhamento da execução, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2 A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas pelos seguintes agentes públicos:

- I – Gestora de Contratos: Camila Dahmer;
- II – Fiscal Técnica: Naira Milena Sabbi
- III – Fiscal Administrativo: Gustavo Henrique Fiorese

6.1.3 À Fiscalização Técnica, exercida pela servidora Naira Milena Sabbi, designada por meio da Decisão Administrativa nº 113/2026, compete, mas não se limita, a verificar a estrita conformidade das fórmulas manipuladas entregues com as especificações deste Termo de Referência, incluindo a conferência de laudos de análise dos insumos, prazos de validade compatíveis com o tratamento, características organolépticas (cor, odor, textura), integridade das embalagens magistrais e manutenção da cadeia de frio para itens termolábeis.

6.1.4 À Fiscalização Administrativa, exercida pelo servidor Gustavo Henrique Fiorese, compete, mas não se limita, ao controle dos aspectos formais da Ata de Registro de Preços, incluindo a conferência da regularidade documental da detentora (AFE, Alvarás e CRT), a gestão dos saldos dos itens registrados e a instrução dos processos para fins de pagamento.

6.1.5 O CONSUD manterá canal de Ouvidoria, nos termos da Resolução nº 32/2025, cujos relatórios e denúncias procedentes sobre a qualidade das fórmulas ou falhas na manipulação e fornecimento poderão subsidiar a fiscalização na apuração de faltas contratuais e na aplicação de sanções administrativas.

6.1.6 A atuação dos fiscais não exclui nem reduz a responsabilidade integral da detentora da Ata pela qualidade técnica, eficácia e segurança dos medicamentos manipulados fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes de erros de manipulação, contaminação cruzada ou transporte inadequado.

6.2 PENALIDADES

6.2.1 A DETENTORA DA ATA, durante a execução do contrato, que incorrer em infrações contratuais ou legais, ficará sujeito às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Sanções previstas na minuta contratual, cometidas na fase de execução contratual;
- Descredenciamento do sistema de registro cadastral;
- Rescisão do contrato.

6.2.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.2.3 Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, o Consórcio aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

CORRESPONDÊNCIA DE % (PORCENTAGEM)		
Grau	Porcentagem	Base de cálculo
01	10% (dez por cento)	Valor do empenho
02	10% (dez por cento) ao dia	Valor do empenho
03	20 % (vinte por cento) ao dia	Valor do item
04	10 % (dez por cento)	Valor total do contrato por item
05	30 % (trinta por cento)	Valor total da Ata

6.2.4 Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA		
Item	Descrição	Grau
1	Deixar de apresentar as certidões de regularidade (fiscal, trabalhista e previdenciária) junto à nota fiscal ou quando solicitado pela Administração.	05
2	Não cumprir o horário de entrega estabelecido neste termo;	01
3	Suspensão ou interrupção da execução da ARP, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância da Administração;	02 e 05
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	05
5	Entregar produto em desacordo com as especificações deste documento e proposta sem motivo justificado e aceito pela Administração;	03

6	Entrega em local diferente do especificado no contrato sem prévia autorização;	02
7	Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do contrato;	01
8	Atraso injustificado, até o trigésimo dia, para a entrega dos produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da emissão nota de empenho de despesa, limitados à 30 (trinta) dias (POR INCIDÊNCIA);	01 e 02
9	Entregar medicamentos manipulados com prazo de validade insuficiente para a conclusão do tratamento prescrito ou em desacordo com as especificações da RDC nº 67/2007, sem a prévia apresentação e o aceite formal da Carta de Compromisso de Troca pela Fiscalização Técnica.	03
10	Entregar medicamentos manipulados termolábeis sem o devido monitoramento de temperatura ou com evidências de excursão térmica (fora da faixa de conservação estabelecida na rotulagem e na farmacopeia) durante o transporte, comprometendo a estabilidade físico-química da preparação magistral.	03
11	Deixar de substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, fórmulas manipuladas que apresentarem vícios de qualidade (oxidação, precipitação, alteração organoléptica), embalagens avariadas ou que tenham sido objeto de alerta sanitário e notificações de farmacovigilância.	02
12	Recusar o atendimento de pedidos sob a alegação de faturamento mínimo ou lote mínimo, descumprindo a obrigação de atender qualquer quantitativo registrado.	01

6.2.5 A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração;

6.2.6 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias corridos ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do empenho referente à produção no mês da ciência da infração, fica facultado ao Consórcio reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ARP;

6.2.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à empresa CONTRATADA;

6.2.7.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a empresa CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

6.2.8 A multa, aplicada após regular processo administrativo, e esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido à empresa CONTRATADA, será encaminhada para cobrança judicial.

6.2.9 A manutenção da regularidade fiscal, durante a execução do contrato, constitui condição obrigatória. O descumprimento poderá motivar:

- Rescisão contratual por descumprimento de cláusula essencial (Art. 121, §1º, e Art. 137, inciso III, da Lei 14.133/2021;
- Cancelamento da execução dos serviços contratados, conforme análise de conveniência e interesse público;
- Aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.3 REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

6.3.1 A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, por meio de revisão, está condicionada à demonstração exaustiva e analítica, por parte da fornecedora, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, resultante de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução contratual, ou ainda em casos de força maior;

6.3.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução das ARPs. Eventual recomposição de valores em favor da DETENTORA DA ATA deverá, preferencialmente, ser paga a título indenizatório, após análise e aprovação do CONSUD;

6.3.2.1 A suspensão ou interrupção da execução contratual durante a análise dos pedidos de revisão, sem a expressa concordância do gestor da ARP, implicará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e na ata;

6.3.3 Qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente comprovada. As notas de empenho de despesa emitidas anteriormente à data do pedido não sofrerão alterações;

6.3.4 A DETENTORA DA ATA deverá formalizar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por escrito, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes. O valor do ajuste solicitado não poderá superar o preço médio de mercado vigente à época;

6.3.4.1 O pedido deverá ser enviado ao e-mail institucional protocolo@consud.org, acompanhado do requerimento mencionado no item 6.3.4, bem como dos seguintes documentos:

a) Notas fiscais de aquisição do item pela DETENTORA DA ATA:

- Notas fiscais dos itens na data da licitação;
- Notas fiscais dos itens na data da solicitação de reequilíbrio;

b) Ofício ou carta do laboratório, em caso de desistência ou troca de marca;

c) Outros documentos julgados necessários;

d) Demonstrativo detalhado, conforme modelo abaixo (um para cada item);

Processo nº xx/aaaa	Pregão Eletrônico nº xx/aaaa
Nº do item:	
Descrição do item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na licitação:	Novo preço proposto:
Preço de compra antes da licitação:	Preço de compra atual:
Data da compra:	Data da compra:
Nº da nota fiscal:	Nº da nota fiscal:

6.3.5 Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios exigidos;

6.3.6 O Consórcio poderá consultar os preços das demais empresas participantes, observando a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço antes de deferir o pedido de reequilíbrio, liberando a requerente da obrigação de entrega do medicamento;

6.3.7 O Consórcio poderá convocar a qualquer momento a DETENTORA DA ATA para reduzir os preços registrados, em conformidade com pesquisas de mercado realizadas, ou em caso de alterações conjunturais que provoquem a redução dos preços praticados no mercado nacional ou internacional;

6.3.7.1 Caso não haja redução dos preços, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. O Consórcio poderá convocar os demais fornecedores classificados para negociação nas mesmas condições ou revogar total ou parcialmente a ata de registro de preços;

6.3.8 Os valores ajustados somente serão repassados à DETENTORA DA ATA após a assinatura e devolução da minuta devidamente assinada e a publicação do aditamento no Diário Oficial.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 A medição será realizada periodicamente, tomando-se como base as fórmulas magistrais efetivamente recebidas e aceitas, em estrita conformidade com as especificações da Ata de Registro de Preços e as ordens de serviço emitidas.

7.1.2 Para fins de medição e posterior liquidação, os medicamentos manipulados devem ser entregues em perfeitas condições, respeitando-se integralmente os requisitos de estabilidade farmacotécnica e transporte, com embalagens e rótulos íntegros e ausência de danos físicos ou químicos (como oxidação ou precipitação).

7.1.3 A conferência técnica para fins de medição incluirá a verificação do prazo de validade, que deverá ser compatível com o tempo de tratamento prescrito, sendo os itens em desacordo rejeitados ou condicionados à substituição imediata ou via Carta de Compromisso de Troca, a critério da fiscalização.

7.1.4 Os documentos que acompanham o fornecimento (romaneios e ordens de entrega) serão analisados detalhadamente, devendo conter as informações exigidas para a rastreabilidade magistral: descrição da fórmula, número do lote interno da farmácia, data de manipulação e validade.

7.1.5 A Fiscalização Técnica e a Fiscalização Administrativa possuem autonomia para aplicar os métodos de aferição e verificação necessários para garantir a fidedignidade das medições, podendo

exigir a apresentação dos Certificados de Análise dos Insumos para validar a qualidade e a procedência dos ativos.

7.1.6 A escolha dos métodos de medição visará sempre a segurança clínica dos pacientes e a eficiência do gasto público, podendo incluir a inspeção detalhada das características organolépticas (cor, odor, textura) das preparações no ato do recebimento definitivo.

7.2 NOTA FISCAL

7.2.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela DETENTORA DA ATA, após solicitação formal da CONTRATANTE. O pagamento ficará condicionado ao atesto definitivo da fiscalização do contrato, realizado após a conferência técnica da conformidade dos medicamentos.

7.2.1.1 Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente sob o mesmo CNPJ utilizado na habilitação e assinatura da Ata, em nome do:

- **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD)**

CNPJ: 00.333.678/0001-96. Inscrição Estadual: Isento.

Endereço: Rodovia Contorno Vitorio Traiano, nº 501. Bairro Água Branca.

Francisco Beltrão – PR. CEP: 85.601-838.

7.2.2 No corpo da nota fiscal deverá obrigatoriamente constar:

- O número da Ata de Registro de Preços e do Processo Licitatório;
- O número da Nota de Pré-Empenho ou Autorização de Compra correspondente;
- A descrição detalhada, a marca, o número do lote e a quantidade dos medicamentos entregues.

7.2.3 A descrição dos itens na Nota Fiscal deverá reproduzir fielmente a redação constante na Ata de Registro de Preços e na proposta de preços homologada.

7.2.4 Quando houver alteração de dados bancários, a DETENTORA DA ATA deverá enviar novo comprovante de conta bancária pessoa jurídica, no mesmo CNPJ utilizado na habilitação, ao Setor Financeiro do CONSUD, por meio do e-mail financeiro@consud.org.

7.2.5 A conta bancária informada deverá ser, preferencialmente, do Banco do Brasil.

7.2.6 Havendo erros na emissão da nota fiscal, ou na entrega dos produtos, que impeçam a liquidação da despesa, a nota fiscal deverá ser substituída ou anulada pela DETENTORA DA ATA. Nesses casos, o prazo de pagamento ficará suspenso até a adoção das medidas saneadoras.

7.3 IMPOSTOS

7.3.1 A DETENTORA DA ATA é responsável pela correta apuração e recolhimento dos tributos incidentes sobre o fornecimento dos produtos, devendo informar, na nota fiscal, o regime tributário ao qual está vinculado.

7.3.2 O CONSUD, por sua natureza jurídica de consórcio público de direito público, equiparado a autarquia, procederá à retenção tributária obrigatória, nos termos da legislação aplicável e das Instruções Normativas RFB nº 1234/2012, nº 2110/2022 e nº 2145/2023 RFB e suas alterações.

7.3.3 Na ausência de informação expressa sobre a não incidência de retenções, o CONSUD efetuará automaticamente a retenção do imposto de renda na fonte.

7.3.4 Caso a DETENTORA DA ATA seja optante do Simples Nacional, deverá constar menção expressa na nota fiscal, acompanhada da declaração nos moldes do Anexo IV da IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.4 PAGAMENTO

7.4.1 O pagamento será condicionado à efetiva entrega dos medicamentos, devidamente atestada pela gestão e fiscalização do contrato, e à apresentação da nota fiscal acompanhada das certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas pela legislação.

7.4.1.1 A DETENTORA DA ATA deverá apresentar, por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou mediante certidões individualizadas, os documentos comprobatórios de regularidade:

- a. Certidão Negativa de Débitos da União;
- b. Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c. Certidão Negativa de Débitos Municipal;
- d. Certidão de Regularidade do FGTS;
- e. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.4.1.2 Constatada a ausência ou o vencimento de qualquer das certidões de regularidade exigidas, a Coordenação Administrativa notificará formalmente a DETENTORA DA ATA para que promova a regularização no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias corridos. A inércia do fornecedor após o transcurso deste prazo sujeitará a empresa à aplicação de sanções administrativas, nos termos dos Artigos 121 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2 O pagamento será realizado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos do aceite definitivo da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente no mesmo CNPJ da licitante vencedora, vinculada ao contrato.

7.4.2.1 Em razão da natureza jurídica do CONSUD e da procedência multifonte dos recursos financeiros, os pagamentos poderão ser processados de forma desmembrada, conforme a disponibilidade de repasses dos entes consorciados e das transferências intergovernamentais vinculadas, podendo haver variações nos prazos de efetiva liquidação entre as diferentes fontes pagadoras e entre os meses de execução, sem que a alteração nas datas habituais de crédito configure atraso ou inadimplemento.

7.4.3 Não será admitido pagamento por boleto bancário, operação de factoring ou qualquer forma de cessão de crédito, bem como não será autorizado pagamento antecipado, sendo devido apenas

o valor correspondente aos serviços prestados, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4.5 Em caso de aplicação de multas decorrentes de processo administrativo, os respectivos valores poderão ser deduzidos dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

7.4.6 O pagamento será efetuado pelo CONSUD em horário de expediente. Caso a data programada coincida com feriado, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

8.1 A seleção dos fornecedores será realizada por meio de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento o menor preço por item, nos termos do Art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

8.2 A decisão pelo parcelamento do objeto, com adjudicação por item, está fundamentada no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o parcelamento como regra para ampliar a competição. A estratégia é técnica e economicamente viável, pois o objeto é composto por uma grande diversidade de itens de natureza divisível e o mercado de medicamentos é segmentado, o que aumenta a competitividade e a probabilidade de se obter a proposta mais vantajosa para cada produto.

8.3 A presente licitação será realizada sob o rito da ampla concorrência, não sendo aplicado o tratamento diferenciado previsto nos Artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com fulcro no Art. 49, inciso II e IV da referida norma.

8.3.1 A opção pela não exclusividade fundamenta-se na natureza crítica dos fármacos, que são de uso contínuo, essencial e indispensáveis à manutenção das atividades de saúde desta Entidade. A restrição do certame a ME/EPP poderia comprometer a segurança do abastecimento, dada a necessidade de garantir fornecedores com robusta capacidade logística e produtiva, capazes de suportar a demanda ininterrupta e o volume necessário para o atendimento regular dos pacientes.

8.3.2 A decisão pela ampla concorrência também é ratificada pela experiência administrativa desta Entidade em certames anteriores, nos quais foram registradas falhas reiteradas na entrega de insumos por parte de empresas de pequeno porte. Tais inexecuções, decorrentes de limitações na escala de produção e logística de distribuição, geraram riscos críticos de desabastecimento. Tratando-se de produtos medicamentosos (uso essencial e ininterrupto), a Administração não pode admitir a reincidência de tais gargalos operacionais, sob pena de interrupção dos serviços de saúde e prejuízo direto ao atendimento da população.

8.3.3 Portanto, a medida visa não apenas ampliar a competitividade, mas assegurar que o interesse público e a continuidade do serviço essencial de saúde não sejam prejudicados por eventuais limitações operacionais, garantindo a eficiência e a segurança jurídica da contratação.

8.4 Qualquer ato ou conduta que configure infração à ordem econômica, com o objeto ou potencial de limitar, falsear ou prejudicar a livre concorrência, será apurado e reprimido nos termos da Lei nº

12.529/2011, incluindo-se as práticas de cartel caracterizadas, entre outras, por acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública.

9. ESTIMATIVA DE VALOR PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 O valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) corresponde à estimativa global prevista no Plano de Contratações Anual (PCA 2026) para o grupamento de assistência farmacêutica em geral, abrangendo diversas categorias de medicamentos e suprimentos.

9.2 Para a presente contratação, o valor de referência será definido pela pesquisa de preços específica para fórmulas manipuladas, a qual consolidará uma estimativa técnica aproximada da realidade deste mercado e da complexidade farmacotécnica dos itens solicitados.

9.2.1 A metodologia utilizada para a formação do preço estimado observará os parâmetros da Lei nº 14.133/2021, priorizando contratações similares de natureza magistral e cotações junto a farmácias de manipulação especializadas.

9.2.2 Os resultados detalhados desta cotação específica e o respectivo mapa comparativo, que refletirão o valor real pretendido para este certame, serão anexados a este Termo de Referência, garantindo a economicidade e o ajuste preciso ao orçamento setorial.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos orçamentários para o objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta das seguintes despesas:

CONTA	ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
CONSUD				
14	1.2001	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
21	1.2002	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
26	1.2003	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
30	1.2004	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
34	1.2005	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
58	1.2007	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
119	1.2012	10.302.1.2.3	3.3.90.30.00.00	001
41	1.3001	10.302.1.2.4	3.3.90.30.00.00	001
48	1.3002	10.302.1.2.4	3.3.90.30.00.00	001
MUNICÍPIOS CONSORCIADOS				
63	01.4010	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
64	01.4011	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
65	01.4012	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001



66	01.4013	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
67	01.4014	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
68	01.4015	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
69	01.4016	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
70	01.4017	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
71	01.4018	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
72	01.4019	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
73	01.4020	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
74	01.4021	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
75	01.4022	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
76	01.4023	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
77	01.4024	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
78	01.4025	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
79	01.4026	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
80	01.4027	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
81	01.4028	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
82	01.4029	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
83	01.4030	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
84	01.4031	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
85	01.4032	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
86	01.4033	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
87	01.4034	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
88	01.4035	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001
89	01.4036	10.302.1.2.5	3.3.90.30.00.00	001

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

PATRICIA DOS SANTOS:0419
8656916

Assinado digitalmente por PATRICIA DOS SANTOS:04198656916
Id: C=BR, O=CP Brasil, OU=AC Instituto Fenacom
RFB, OU=EM BRANCO, OU=RFB e CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=VideoConferencia, OU=8104759000147, OU=PATRICIA DOS SANTOS:04198656916
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.14 08:31:57 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

PATRICIA DOS SANTOS
Encarregada de Planejamento



CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

LISTA GERAL – ANEXO I MEDICAMENTOS MANIPULADOS - COMPRAS COMPARTILHADAS | 2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE
LOTE ÚNICO – MANIPULADOS			
1	12956 - ALCACHOFRA (CYNARA SCOLYMUS L.) 300MG; CONTENDO 24MG A 48MG DE DERIVADOS DE ÁCIDO CAFEOLUÍNICO, EXPRESSOS EM A. CLOROGÊNICO POR DOSE DIÁRIA (CATMAT 395618).	CÁPSULA	1.001
2	12959 - ALCACHOFRA TINTURA (CYNARA SCOLYMUS L.) 24MG A 48MG DE DERIVADOS DE ÁCIDO CAFEOLUÍNICO, EXPRESSOS EM A. CLOROGÊNICO POR DOSE DIÁRIA; CONCENTRAÇÃO 300MG; FRASCO 100ML (CATMAT 429303).	FRASCO	101
3	12960 - ALCATRÃO MINERAL POMADA 10MG/G (1%); POMADA DERMATOLÓGICA (CATMAT 395837).	BISNAGA	1
4	12961 - AROEIRA GEL (SCHINUS TEREBINTHOFOLIUS) 1,932MG DE ÁCIDO GÁLICO (DOSE DIÁRIA); 0,67 ML/G; GEL DERMATOLÓGICO, BISNAGA 10G (CATMAT 395716).	BISNAGA	351
5	12963 - BABOSA GEL (ALOE VERA) 10-70% DE GEL FRESCO; CREME-GEL, BISNAGA 30G (CATMAT 486458).	BISNAGA	481
6	9440 - CARVÃO ATIVADO SACHÊ ; EM PÓ, SACHÊ 25G (CATMAT 446251).	SACHÊ	2.581
7	12965 - CÁSCARA SAGRADA (RHAMNUS PURSHIANA DC) 380MG; CONTENDO 20MG A 30MG DE DERIVADOS HIDROXIANTRACÊNICOS EXPRESSOS EM CASCAROSÍDEO A. (DOSE DIÁRIA) (CATMAT 426292).	CÁPSULA	251
8	12966 - CÁSCARA SAGRADA TINTURA (RHAMNUS PURSHIANA DC) 20MG A 30MG DE DERIVADOS HIDROXIANTRACÊNICOS EXPRESSOS EM CASCAROSÍDEO A. (DOSE DIÁRIA); CONCENTRAÇÃO 10MG/ML; TINTURA; FRASCO 100ML (CATMAT 426292).	FRASCO	501
9	11361 - EXTRATO MEDICINAL CASTANHA DA ÍNDIA (AESCULUS HIPPOCASTANUMEXTRATO L.) CONCENTRAÇÃO 100MG (CATMAT 309062).	CÁPSULA	158.001
10	11443 - EXTRATO MEDICINAL HEDERA HELIX XAROPE (HEDERA HELIX) CONCENTRAÇÃO 7MG/ML; FRASCO 100ML (CATMAT 359286).	FRASCO	3.401
11	11362 - EXTRATO MEDICINAL MARACUJÁ (PASSIFLORA INCARNATA L.) CONCENTRAÇÃO 360MG (CATMAT 404405).	CÁPSULA	110.001
12	11371 - EXTRATO MEDICINAL MARACUJÁ (PASSIFLORA INCARNATA L.) CONCENTRAÇÃO 600MG (CATMAT 433657).	CÁPSULA	78.001
13	12976 - GARRA DO DIABO (HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS) 500MG, CONTENTO EXTRATO SECO 5% COMPOSIÇÃO DE 30 A 100MG DE HARPAGOSÍDEO OU 45MG A 150MG DE IRIDÓIDES TOTAIS EXPRESSOS EM HARPAGOSÍDEOS (CATMAT 399410).	CÁPSULA	59.001
14	12983 - HORTELÃ (MENTHA X PIPERITA L.) 300MG CONTENDO 60MG A 440MG DE MENTOL E 28MG A 256MG DE MENTONA (CATMAT 429853).	CÁPSULA	101
15	12995 - SALGUEIRO SOLUÇÃO (SALIX ALBA L.) 500MG, CONTENDO DE 60MG A 240MG DE SALICÍNA (DOSE DIÁRIA) (CATMAT 621304).	CÁPSULA	1



CONSUD

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste

16	13002 - UNHA DE GATO (<i>UNCARIA TOMENTOSA WILD. EX ROEM & SCHULT DC</i>) 100MG CONTENDO 0,9MG DE ALCALOIDES OXINDÓLICOS PENTACÍCLICOS (CATMAT 399442).	CÁPSULA	6.701
17	13004 - UNHA DE GATO GEL (<i>UNCARIA TOMENTOSA WILD. EX ROEM & SCHULT DC</i>) COMPOSIÇÃO 0,9MG DE ALCALOIDES OXINDÓLICOS PENTACÍCLICOS; CONCENTRAÇÃO 50MG/G; GEL CREME, BISNAGA 5G (CATMAT 399441).	BISNAGA	101

Francisco Beltrão, 14 de maio de 2026.

PATRICIA DOS SANTOS:0419
8656916

PATRICIA DOS SANTOS
Encarregada de Planejamento

TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – MEDICAMENTOS E MEDICAMENTOS MANIPULADOS

Pelo presente instrumento, os Municípios signatários abaixo, bem como o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste (CONSUD), na qualidade de Sede, declaram ciência e manifestam formal adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) para a aquisição compartilhada de **Medicamentos e Medicamentos Manipulados**, cujas condições e especificações estão descritas no respectivo processo de contratação.

Os Municípios declaram, ainda, que:

1. A presente adesão decorre de decisão administrativa de cada ente, a ser executada de forma integrada no âmbito do CONSUD, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Resolução nº 24/2023 do CONSUD e demais normativos aplicáveis.
2. O pagamento dos Medicamentos e Medicamentos Manipulados adquiridos será realizado conforme estabelecido no respectivo Contrato de Programa celebrado entre cada Município e o CONSUD, observado que cada ente arcará exclusivamente com os valores correspondentes aos medicamentos que efetivamente adquirir.
3. A estimativa de quantidades dos Medicamentos foi informada previamente pelos Municípios ao CONSUD, por meio de formulários eletrônicos consolidados e disponíveis nos endereços:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1laQ7KwH4B66srypzurLQqFbaAEwU7i5WfO3XeK4c2N8/edit?gid=1317499553#gid=1317499553>;

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1w8O5vJTQ5MsPMAAruugtOE94bNONVbW2JsE8CsaNBbk/edit?gid=1317499553#gid=1317499553>.

que integram este Termo para todos os fins de direito.

4. Os signatários assumem a responsabilidade pelas informações prestadas e reconhecem que as estimativas informadas servirão de base para a execução contratual e para o controle administrativo e financeiro da contratação.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de forma digital, para que produza seus efeitos jurídicos e administrativos.

Francisco Beltrão, 7 de abril de 2026.



Documento assinado digitalmente
TABATA CRISTINA COLUSSI
Data: 07/04/2026 14:02:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ambulatório Médico de Especialidades
AME

**MARILENE
TERESINHA MANFRIN**
ROMIO:66161010968

Assinado digitalmente por MARILENE TERESINHA MANFRIN
ROMIO:66161010968
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC Instituto Fenacon RFB, OU
=EM BRANCO, OU=RFB - CPF A1, OU=Secretaria de
Recrutamento e Seleção - RFB, OU=VideoConferencia, OU=
B104750800147, CN=MARILENE TERESINHA MANFRIN
ROMIO:66161010968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Marileine - PR
Data: 2026.04.07 14:31:26-0300

Centro de Atenção Psicossocial Álcool
e Drogas **CAPS AD III**

Documento assinado digitalmente
gov.br THAYNA PAIM DUMONT
Data: 07/04/2026 14:52:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Centro de Especialidades Odontológicas
CEO**

ELZA
CARNIN:9390
8750997

Assinado de forma digital por ELZA
CARNIN:93908750997
Dados: 2026.04.07 16:38:13 -03'00'

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Ampére**

CARLOS
ALBERTO
SANTIN:
31961908972

Assinado digitalmente por CARLOS ALBERTO SANTIN:31961908972
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=SEM BRANCO, OU=1403038000101, OU=videoconferencia, CN=CARLOS ALBERTO SANTIN:31961908972
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026-04-08 08:40:42
Foxit Reader Versão: 9.1.0

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Barracão**

Documento assinado digitalmente
gov.br LIANDRA MARIA SALLES STORCH
Data: 08/04/2026 10:53:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Bela Vista da Caroba**

JESSICA
BIAVATTI:086901059
05

Assinado de forma digital por JESSICA BIAVATTI:08690105905
Dados: 2026.04.08 11:05:51 -03'00'

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Boa Esperança do Iguaçu**

Documento assinado digitalmente
gov.br CLARICE DILL PRETTO
Data: 09/04/2026 12:16:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Bom Jesus do Sul**

MAGAIVER
RODRIGO
FELIPSEN:0
5808136903

Assinado digitalmente por MAGAIVER RODRIGO FELIPSEN:05808136903
DN: C=BR, CN=MAGAIVER RODRIGO FELIPSEN:05808136903, O=ICP-Brasil, OU=19520630000115
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.14 13:41:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Capanema**

Documento assinado digitalmente
gov.br FABIELE KREFF CARDOSO
Data: 24/04/2026 13:54:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Cruzeiro do Iguaçu**

CLAUDETE
MEURER:9
0541162934

Assinado digitalmente por CLAUDETE MEURER:90541162934
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Presencial, OU=48587170000140, OU=AC SingularID Multiplo, CN=CLAUDETE MEURER:90541162934
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.07 09:15:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Dois Vizinhos**

LEANDRO
LEGRAMANTI:
02518029907

Assinado de forma digital por LEANDRO LEGRAMANTI:02518029907
Dados: 2026.05.07 10:27:24 -03'00'

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Enéas Marques**

Documento assinado digitalmente
gov.br NELSON ALOISIO KUNSLER
Data: 12/05/2026 09:25:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Flor da Serra do Sul**

VAGNER EDERLENO DE
CAMARGO:044622959
86

Assinado de forma digital por VAGNER EDERLENO DE CAMARGO:04462295986
Dados: 2026.05.11 11:02:05 -03'00'

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Manfrinópolis**

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSEMARI DE OLIVEIRA SCOLARI
Data: 12/05/2026 11:55:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Marmeleiro**

Documento assinado digitalmente
gov.br NEIVA DE LOURDES GIORDANI
Data: 12/05/2026 10:11:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Secretário(a) Municipal de Saúde
Nova Esperança do Sudoeste**

VILMAR DA
COSTA:80488
269920

Assinado de forma
digital por VILMAR DA
COSTA:80488269920
Dados: 2026.04.15
09:29:17 -03'00'

Secretário(a) Municipal de Saúde
Nova Prata do Iguaçu

JOSE VALDIR
PEREIRA:4529473
9968

Assinado de forma digital por
JOSE VALDIR
PEREIRA:45294739968
Dados: 2026.04.15 10:04:47
-03'00'

Secretário(a) Municipal de Saúde
Pérola do Oeste

KATIUCA MARA
PASA:00593198956

Assinado de forma digital por
KATIUCA MARA
PASA:00593198956
Dados: 2026.04.22 08:01:24
-03'00'

Secretário(a) Municipal de Saúde
Pinhal de São Bento

ASSINADO DIGITALMENTE
ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Secretário(a) Municipal de Saúde
Planalto



Documento assinado digitalmente
GRASIELA CRISTINA GIACOBBO NODARI
Data: 23/04/2026 17:39:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Municipal de Saúde
Pranchita

JOAO CARLOS DOS
SANTOS:96657820
020

Assinado de forma digital
por JOAO CARLOS DOS
SANTOS:96657820020
Dados: 2026.04.24 07:41:18
-03'00'

Secretário(a) Municipal de Saúde
Realeza



Documento assinado digitalmente
SUZIA CARLA DE BEM
Data: 24/04/2026 13:40:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Municipal de Saúde
Renascença

Documento assinado digitalmente
SILMAR TAFAREL
Data: 07/05/2026 15:34:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Secretário(a) Municipal de Saúde
Salgado Filho



Documento assinado digitalmente
ELAINE GONCALVES
Data: 07/05/2026 14:06:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Municipal de Saúde
Salto do Lontra

SIMONI DREHER PILZ
SPOHR:04182859936

Assinado de forma digital por
SIMONI DREHER PILZ
SPOHR:04182859936
Dados: 2026.05.07 10:54:54
-03'00'

Secretário(a) Municipal de Saúde
Santa Izabel do Oeste

CAMILA REGINA
RODRIGUES:052
11357965

Assinado de forma digital
por CAMILA REGINA
RODRIGUES:05211357965
Dados: 2026.05.07
13:41:00 -03'00'

Secretário(a) Municipal de Saúde
Santo Antônio do Sudoeste



Documento assinado digitalmente
ROZI TEREZINHA MARMITT
Data: 07/05/2026 19:28:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Municipal de Saúde
São Jorge do Oeste



Documento assinado digitalmente
BRUNO ALOISIO CALGAROTTO
Data: 07/05/2026 10:40:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretário(a) Municipal de Saúde
Verê